

Universidade Federal de Uberlândia

Susana da Silva Karwowski

**Do assistencialismo à uma instituição educacional :
o caminho percorrido pela EMEI Dom Almir**

Uberlândia-MG

2021

Susana da Silva Karwowski

**Do assistencialismo a uma instituição educacional :
o caminho percorrido pela EMEI Dom Almir**

Monografia apresentada no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciada e Bacharel em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa.

Uberlândia-MG

2021

SUSANA DA SILVA KARWOWSKI

**Do assistencialismo a uma instituição educacional :
o caminho percorrido pela EMEI Dom Almir**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Marta Emísia Jacinto Barbosa. (Orientadora)

Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Profa. Ma.Letícia Siabra da Silva

Foi pensando nas pessoas que executei este projeto. Por isso, dedico este trabalho a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma. Dedico a todos os que me apoiaram, ao longo desta caminhada, em especial à minha filha Thaís, pelo esteio; Thales, meu filho, *in memoriam*; aos meus pais, já falecidos, a quem agradeço as bases que deram para me tornar a pessoa que sou hoje; às pessoas queridas da minha família que compartilharam dos meus sonhos. Às minhas amigas de curso, de trabalho, pelo apoio oferecido, seja ele direto ou indiretamente, de modo espontâneo durante toda a minha caminhada até uma realização pessoal e profissional.

Agradecimentos

A Deus, pela presença essencial na minha vida, e, em especial, na caminhada universitária, nos momentos que pensei em desistir, ajudou-me a levantar e enfrentar as dificuldades.

À minha irmã Vera Lúcia, à minha sobrinha Daiane, pessoas tão especiais que sempre me amaram e cuidaram de mim, acreditaram e me fizeram persistir. Obrigada por vocês existirem.

Às amigas e amigos da 40^a turma 2013. À amiga e colega de trabalho, Lunara Martins, pelas contribuições tão importantes.

À professora e orientadora Marta Emísia Jacinto Barbosa, por aceitar me orientar e contribuir no processo de construção e finalização do trabalho de conclusão de curso. Muita gratidão por todo apoio nestes anos de estudo e trabalho.

À toda a equipe docente da Universidade Federal de Uberlândia, que direta ou indiretamente contribuiu na minha formação acadêmica. Obrigada!

Lista de Siglas

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSFL	Organizações Sem Fins Lucrativos
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PPP	Projeto Político Pedagógico
UBS	Unidade Básica de Saúde

Sumário

Apresentação – Vivências e memórias com a escola e a comunidade: de educadora infantil a pesquisadora	5
Capítulo 1 – O bairro e o lar	17
1.1 – Breve relato sobre o Lar de Amparo e Promoção Humana	17
1.2 – Sobre as ONGs	28
Capítulo 2 – A transição de ONG para EMEI e as experiências a partir daí	32
2.1 – Sobre a EMEI do Bairro Dom Almir	32
2.2 – Relato e experiência de uma transição assistencial para institucional	39
Considerações Finais	44
Fontes	47
Referências Bibliográficas	49

Introdução

Vivências e memórias com a escola e a comunidade: de educadora infantil a pesquisadora

Foi pensando em toda a minha vivência no ambiente escolar de uma escola situada na periferia de Uberlândia que me inspirei e decidi relatar um pouco deste pequeno universo na área da educação. Este universo onde nos deparamos diariamente com a criança, a infância, sua formação e autonomia cidadã, conforme conceito do educador Paulo Freire.¹

Paulo Freire nos apresenta a visão de uma escola para além do pedagógico, onde a criança tem a oportunidade de compreender o local em que vive, estuda, se desenvolve, se envolve e, a partir do qual, se integra na sociedade. Propõe uma escola cidadã, com autonomia, educação, cultura e trabalho, num trabalho coletivo de professores, numa visão interdisciplinar, entre alunos, pais e comunidade, para o enfrentamento social, a começar pela família, pela escola, e alcançando o bairro, a cidade, o estado, outros países.

Quando me inscrevi no concurso público municipal, acreditava não ter nenhuma possibilidade de ser aprovada, pois não havia me preparado para tal ao pleitear a vaga de educadora infantil. Li alguns artigos, da autoria de pedagogos, sobre crianças na faixa etária de 1 a 5 anos, e fiz a prova. Fui aprovada. E, a partir do momento em que obtive o resultado oficial do concurso, procurei me informar e conhecer as escolas de Educação Infantil que ofereciam vagas para a posse. A minha efetivação foi em abril do ano subsequente às provas do concurso. Lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo pretendido, parti então para a escolha, a designação da escola pretendida. Havia vagas em EMEI em vários setores da cidade, inclusive em uma EMEI muito próxima à minha casa, para onde poderia me deslocar a pé, tranquilamente. Ficaria muito prático, pensando em tempo e deslocamento, mas o turno não era o que eu queria trabalhar.

Durante o processo de designação, várias profissionais, experientes e recém empossadas, aguardavam nos chamar ao lado da sala da responsável pelo processo. Enquanto isso, fomos passando o tempo. Numa expectativa inédita, ficamos conversando sobre as escolas, as gestoras,

¹ Paulo Regius Neves Freire nasceu em Recife, 19 de setembro de 1921, faleceu em São Paulo, 2 de maio de 1997, foi educador e filósofo. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.

as equipes, ao locais, as comunidades, enfim todos os detalhes para chegarmos naquele momento ao mínimo de conhecimento para realizarmos a nossa escolha.

Evidentemente, apareceram relatos de todos os modos possíveis. Falamos sobre escolas centrais, periféricas, pequenas, maiores, espaçosas ou não, improvisadas em casas locadas, uma diversidade imensa de informações positivas e negativas. Nestas conversas, me interessei por uma instituição num bairro no Setor Leste da cidade de Uberlândia, a EMEI do Bairro Dom Almir, onde algumas servidoras me relataram como sendo um local muito bom para trabalhar, uma oportunidade muito boa de aprender, principalmente sobre a vida com as crianças do lugar. Evidentemente, como era de se esperar, outras servidoras já tinham uma outra visão do setor e me disseram o contrário, que se tratava de uma comunidade difícil, com muitos enfrentamentos.

Enfim, esses enfrentamentos sociais mencionados pelas colegas de trabalho instigaram-me ainda mais e me decidi optar por essa escola para trabalhar e efetivar meu cargo. Realizei uma pesquisa sobre a instituição, fiz uma visita ao local, observei o bairro, o entorno, o transporte público, as condições de trabalho, e percebi a oportunidade de poder ensinar e muito mais aprender com aquela comunidade. Até o presente momento, estou lotada nesta EMEI, e, até a presente data, sem nenhuma intenção ou necessidade de remover meu cargo para outra escola ou bairro, cada vez mais certa de que fiz a melhor escolha para mim.

Iniciei minha atividade como servidora municipal, no cargo de educadora infantil nesta instituição – EMEI do Bairro Dom Almir, e confesso que não foi fácil no início, porque não tinha nenhuma experiência neste segmento. Para mim, no início era tudo novo, pois não havia trabalhado antes no cargo de educadora infantil em nenhum outro local.

Passamos por um processo de adaptação, formação para atuação em sala de aula, com crianças de 1 a 5 anos e onze meses. Esta formação foi promovida pela Secretaria de Educação, onde a teoria é verdadeiramente mais fácil do que a prática. Então, nos deparamos com muitos desafios, tanto para os moradores quanto para a escola, para os alunos, em muitos enfrentamentos, aprendizados, situações adversas e acolhimento. Fomos desenvolvendo confiança mútua. Aos poucos, porque se trata de processo de conhecimento, de relacionamento, que me aproximou das famílias que vivem e convivem com nossa equipe escolar. Fomos desenvolvendo confiança mútua. Se, para mim, no início era tudo novo, para os pais e alunos também era com relação a mim.

A partir de minhas experiências do cotidiano neste setor, resolvi falar sobre estas vivências nesta instituição, que me aproximou de famílias que vivem e convivem com nossa equipe escolar.

O trabalho vem sendo desenvolvido em um bairro legitimamente novo. A regularização do assentamento de mais de trinta anos de existência vem sendo efetivada, lenta e gradativamente. Na década de 1990, do lado oposto da dinâmica imobiliária no Setor Leste, onde diversos lançamentos e importantes empreendimentos foram aprovados regularmente, destacamos nesta região a presença de ocupações onde se iniciou e se consolidou um processo de favelização urbana na cidade de Uberlândia, na região do atualmente denominado bairro Integração (onde se localiza o bairro Dom Almir). Posteriormente, já em 2000, nesta mesma região, expandem-se outras ocupações, como as denominadas: Celebridade, Zaire Rezende, Prosperidade, Joana Darc e São Francisco.² A partir destas ocupações, a Prefeitura Municipal passou a organizar o bairro Integração.

Muitas famílias chegaram a Uberlândia, vindas de vários estados do Brasil, em busca de uma oportunidade de trabalho, de uma perspectiva de vida mais estruturada, anseio e sonho da maioria de nós. Quando chegaram aqui em Uberlândia, lugar desconhecido, sem parentes e amigos, muitas famílias passaram por grandes enfrentamentos, e, em muitos casos, não conseguiram emprego. Sem recursos, se depararam com a falta de moradia, de dinheiro, de alimentos, enfim qualquer tipo de recurso, surgindo a alternativa de se refugiar e se instalar em assentamentos no Setor Leste, junto a outras famílias do lugar, que também se encontravam em dificuldades por diversos motivos.

A Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir situa-se no bairro Dom Almir, na zona leste de Uberlândia-MG. Foi criada pela Lei Municipal n. 9.426, de 23 de fevereiro 2007, e atende crianças do bairro e entorno, como Joana Darc, Celebridade, Prosperidade, Dom Almir, Alvorada, Jardim Sucupira, Assentamentos Fidel Castro e Santa Clara.

Neste local em que hoje é estabelecida a EMEI, havia anteriormente a 4ª Unidade do Lar de Amparo e Promoção Humana, Organização Não Governamental voltada para o trabalho assistencialista junto à comunidade, atendendo principalmente as mães que deixavam os filhos durante o dia todo para trabalhar. É importante comentar que, ainda anterior à ONG, funcionava a Escola Municipal do Bairro Dom Almir, chamada assim antes da construção da nova unidade, a Escola Municipal Doutor Joel Cupertino Rodrigues, inaugurada em 17 de Dezembro de 1997, que passou a atender a demanda do bairro no Ensino Fundamental do primeiro ao nono ano, conforme relato dos primeiros moradores e funcionários do lugar.

² Ver: MOTTA, Guilherme Augusto Soares da. **Fragmentos urbanos**: segregação socioespacial em Uberlândia-MG. 2019. Tese (Doutorado e Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

No contato diário com famílias, crianças, moradores em geral, percebemos que grande parte está inserida num núcleo familiar que sobrevive com uma renda mensal limitada a um salário mínimo, de subempregos, trabalhos autônomos, atividades ilegais. Recebemos crianças inseridas em situações de instabilidade, com desgastes afetivos, que influenciam direta ou indiretamente no aprendizado, no relacionamento com a instituição de ensino, e que não podem ser desconsideradas.

Tal como aponta a historiadora Vanessa Portes Galvão Gonzaga, são famílias e crianças que convivem com fatores que historicamente formaram a periferia, como o desemprego, moradias precárias, a falta de saneamento básico, a falta de acesso a instrução básica, e que fazem parte desta construção e perpetuação da pobreza e da miséria no Brasil.³ E particularmente nesta comunidade existe o fator da influência da reclusão de um parente, que leva à “prisionização secundária”, numa situação sócio-afetiva que precisa de atenção. Essa situação traduzida pelo conceito de prisionização secundária foi abordada pela historiadora Vanessa Portes Galvão Gonzaga, quando investigou a comunidade em torno da Esocla Municipal Professora Irene Monteriro Jorge, em Uberlândia:

Famílias pobres brasileiras [...] ao terem um membro da família preso, também se prisionizam. Famílias que passam a interiorizar as práticas prisionais e a criar táticas para se adaptar à nova situação de reclusão de um parente⁴.

Com a vivência junto ao cotidiano de situações de ilegalidade, como o tráfico, a violência doméstica, a prostituição, as dificuldades de sobrevivência, a miséria, se potencializam, e, mesmo indiretamente, colaboram em alguns casos na dificuldade de ambientação escolar para crianças das periferias urbanas.

Em meu primeiro dia de trabalho, saí de casa mais cedo para conhecer o lugar e a equipe, antes da chegada dos alunos. Neste dia, o bairro havia sido fechado pela polícia para uma grande operação, com muitos policiais, helicópteros e movimentação, prisões. As pessoas que estavam saindo ou chegando para o trabalho tiveram que se identificar e justificar, ou não tinham permissão para entrar ou sair do bairro. Para chegar até a escola, foi preciso apresentar meu encaminhamento da Secretaria de Educação, ou não poderia continuar. Fui orientada pelos policiais para, após chegar

³ GONZAGA, Vanessa Portes Galvão. **À sombra do encarceramento**: o entorno das prisões. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. p. 19.

⁴ Ibidem.

à EMEI, não me aproximar das portas e janelas e tentar me proteger de um possível enfrentamento armado. Diante daquela situação, me questionei se havia mesmo feito a escolha certa.

A diretora me recebeu, me apresentou à equipe que já estava no local, e me acalmou, porque percebeu minha inquietação.

Após definir em qual sala e equipe iria trabalhar, nos preparamos para o acolhimento dos alunos. Organizamos a sala e ficamos quietas, conforme orientação. Até que chegou o primeiro aluno, antes do horário, sozinho muito desconfiado, olhando para os lados, e, ao mesmo tempo, curioso comigo, professora nova na sala. Apresentei-me, perguntei o nome dele, e, em seguida, ele me perguntou se tinha visto a polícia na rua. Respondi que sim. Então, ele me contou que o amigo do seu pai havia sido baleado e seu pai, preso. Minha reação foi de deixar ele contar, se quisesse. Convidei aquele aluno de três anos para sentar-se perto de mim, e ele, meio desesperado, chorou, falando que havia avisado o pai que não podia passar cerol na linha da pipa, e que, por isso, ele havia sido preso. Minha colega de sala e eu ficamos muito tocadas. Naquele momento, falei para ele que tudo iria se resolver, e que, no momento certo, o pai dele poderia se explicar.

A criança presenciou a prisão do pai, a morte do amigo, e, em consequência, conviveu com a ausência do pai em casa por longos anos. Evidentemente, este fato influenciou muito no desenvolvimento emocional deste aluno. Ele ficava o dia todo na escola, tempo integral, e, na hora do sono logo após o almoço, ele tinha muita dificuldade para dormir, relaxar e descansar; o sono era muito agitado, e as vezes eu tinha que ficar a seu lado e segurar sua mão até adormecer. Tinha características muito agressivas, brigava e batia nos colegas, nos servidores às vezes. Nesse tempo, em dois mil e onze (2011), não tínhamos recesso no mês de julho, ele, efetivamente, ficava na escola durante o ano letivo todo, das sete às dezessete horas, todos os dias. Ele chorava, e eu perguntava se ele estava sentindo alguma dor, porque era uma choro doído, e ele respondia que só queria a casa dele, e ver o pai. Foi um período muito pesado para ele, o primeiro ano de prisão do pai. Ele não era o único caso, havia muitos, alguns em que a mãe estava à disposição da justiça e só podia sair de casa para levar os filhos à escola.

O que me inspirou a dissertar sobre esta escola, que procuramos compreender coletivamente o ambientes onde trabalhamos/pesquisamos e percebemos que são de enfrentamento, resistência social, foi exatamente ter enxergado a oportunidade de auxiliar cada criança, que eu conseguir – que seja uma única –, a desenvolver sua autonomia cidadã. Que elas tenham pelo menos a opção de buscar novos rumos pra sua vivência, através da educação principalmente.

Acredito que muitos colegas, assim como eu, temos uma inquietação sobre o que realmente sabemos sobre este espaço de educação, especialmente os professores. Aprendemos com a infância, uma representação tão recente.

Foi pensando em toda a minha vivência no ambiente escolar de uma escola situada na periferia de Uberlândia que me inspirei e decidi relatar um pouco deste pequeno universo na área da educação.

Este universo onde nos deparamos diariamente com a criança, a infância, sua formação e autonomia cidadã, conforme conceito do educador Paulo Freire, que compreende a escola como um espaço social que estimula o desenvolvimento científico do sujeito, mas que também fomenta a construção da autonomia da pessoa humana.⁵

Paulo Freire nos apresenta a visão de uma escola para além do pedagógico, onde a criança tem a oportunidade de compreender o local em que vive, estuda, se desenvolve, se envolve e, a partir do qual, se integra na sociedade. Ainda acerca da construção da autonomia do sujeito, propõe uma escola cidadã, com autonomia, educação, cultura e trabalho, integração da educação com a cultura e o trabalho, num trabalho coletivo de professores, numa visão interdisciplinar, com envolvimento contínuo de alunos, pais e comunidade, para o enfrentamento social, a começar pela família, pela escola, e alcançando o bairro, a cidade, o estado, outros países.⁶

Ao propor o diálogo acerca da história da Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir e sua trajetória de construção e contribuição para o desenvolvimento pedagógico e social na vida das crianças e suas famílias, surge a necessidade de, antes de tudo, abordar o conceito de criança e como ela é compreendida muitas das vezes. A partir do conceito e características que envolvem o conceito e sujeito criança, é que surgiu o ponto de partida para um olhar reflexivo acerca das vivências de um ambiente escolar situado em uma esfera urbana e periférica na cidade de Uberlândia/MG.

Em conferência de comemoração ao dia do trabalhador no ano de 1990, a filósofa Marilena Chauí, dedicou-se a uma reflexão acerca da criança no contexto da sociedade de classes :

⁵ Paulo Regius Neves Freire nasceu em Recife, 19 de setembro de 1921, faleceu em São Paulo, 2 de maio de 1997, foi educador e filósofo. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.

⁶ É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, experiências respeitadas da liberdade. Ver: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p.105.

A palavra criança é o gerúndio do verbo criar. Criança é aquele que deve ser criado. Portanto, a palavra criança quer dizer que se espera, se deseja e se faz tudo para que ela se crie nos dois sentidos da palavra: torne-se um adulto e seja criadora da sua própria vida. E a palavra menor? [...] Em primeiro lugar criança é o que temos em nossa família [...] é o “menor” é alguém da classe trabalhadora ou é infrator, o delinqüente, o abandonado. “Menor” é um termo pejorativo. Pode parecer que este caráter negativo, pejorativo da palavra “menor”, advenha de um sentido recente. Kant enumera, de acordo com o pensamento liberal, quem são os “menores” na sociedade, isto é, aqueles que não têm direito ao uso público da razão [...] os trabalhadores, as mulheres, os velhos e as crianças.⁷

Diante das transformações sociais, aparece a inquietude entre os diversificados discursos construídos sobre a infância e as estruturas materiais, objetivas e subjetivas onde as múltiplas infâncias acontecem. Contudo, a partir da colocação de Marilena Chauí, é possível perceber a criança como ser indivíduo independente, que necessita de orientação para sua construção social e científico, mas que acima de tudo é um sujeito capaz de construir sua história e identidade.

O interesse histórico pela infância é recente, a referência à infância tão tardiamente levou Philippe Ariès a afirmar a inexistência de um “sentimento da infância” até o início da modernidade. O historiador traz este registro em seu livro *História social da criança e da família*⁸, onde apresenta como a noção e o sentimento de infância foram se ajustando à abertura para o individualismo moderno, no contexto das transformações ocorridas neste período em todos os âmbitos da vida humana.

Para os estudiosos Manuel José Jacinto Sarmiento e Ana Beatriz Cerisara, esta reflexão sobre a perspectiva da infância é uma concepção moderna:

[...] remetidas para o limbo das existências meramente potenciais, durante grande parte da idade média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial.⁹

Sabemos que sempre existiram crianças, “seres biológicos de geração jovem”, mas nem sempre a infância existiu como categoria social, com uma regulamentação própria. A construção histórica da infância enfrentou um movimento difícil, com muitos fatores que envolveram a

⁷ CHAUI, Marilena. **Conferência de comemoração ao Dia do Trabalhador**. 1 maio. 1990.

⁸ ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

⁹ SARMENTO, Manuel José Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Lisboa: Asa Editores S. A. 2004. p. 3.

produção e a representação sobre a criança, organizar e estruturar seus espaços e cotidianos, modo de vida, principalmente com relação às instituições responsáveis pelo educar/cuidar das crianças.¹⁰

No desdobramento da história, os conceitos de criança e infância vem sendo analisados, colocados em discussão e aparecem diferentes significados. A criança deixa de ser uma miniatura de adulto e passa a ser considerada como um indivíduo de direitos e particularidades, desde a barriga da mãe. Vai se construindo a concepção de infância, quando perpassa por diferentes contextos, considerando sua cultura, região em que a criança está inserida na sociedade. O termo infância tem um caráter amplo, resultante das transformações sociais onde se evidencia a vivência da infância modificada, conforme os paradigmas do contexto histórico, e diversas variantes sociais, como raça, etnia, condição social. Diante disso, como lembra a pedagoga Paloma da Silva Jácome, a idéia de infância não existiu sempre da mesma forma; ela surgiu com a sociedade burguesa, quando mudavam a introdução e o papel social da família, da criança e da mulher na sua sociedade¹¹.

Conforme Àries, “de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje”.¹² Na Idade Média, a criança era logo inserida no mundo adulto, tendo pouquíssimo tempo para ser “criança”, pois era colocado o ser “adulto” antes mesmo que isso acontecesse. A criança era considerada com certa importância quando adquirisse entendimento de atividades que os adultos desempenhavam; enquanto isso não acontecia, era considerada como um “animalzinho” ou um ser “selvagem”. Se observarmos a iconografia na Idade Média, ela retrata as crianças enquanto adultos em miniatura, com vestimentas adultilizadas, pois o costume era que assim que as crianças deixavam os cueiros já se vestiam como homens e mulheres de sua classe social.

Segundo Ariés, quando a criança aparece na escrita e na arte evidencia-se a infância como uma forma específica da criança, diferenciada do adulto. E o autor chama atenção justamente sobre a inexistência de representações desta fase da criança na Idade Média, demonstrando indiferença, uma fase que se mostrava incerta: “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a

¹⁰ Ibidem.

¹¹ JÁCOME, Paloma da Silva. **Criança e infância: uma construção histórica**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

¹² ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Op. Cit. p. 4.

infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. E mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”.¹³

Seguindo esta concepção, podemos perceber que as crianças não tinham liberdade para ter o seu tempo infantil, não existia, na Idade Média, o sentimento de infância. E, assim que a criança não precisasse mais dos cuidados da mãe ou da ama, ela era inserida no mundo dos adultos, participando dos afazeres, trabalhos, da frequência a bares noturnos. Pensavam que a criança era como uma folha de papel em branco, e os adultos se tornavam responsáveis por ensiná-las a construir e desenvolver o caráter e a razão.

Somente após os séculos XV, XVI e XVII, se descobriria e reconheceria que as crianças precisavam de uma atenção especial, uma preparação antes de integrar o universo dos adultos.

Aries deixa uma colocação muito transparente, que particularidades sobre a infância não são praticadas, nem reconhecidas, nem vivenciadas por todas as crianças devido às condições, econômicas, sociais e culturais. O desenvolvimento do sentimento em relação à infância começou a se conjecturar a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, com o início das mudanças de costumes, como o modo de vestir, preocupação com a educação e com a separação das crianças de classes sociais diferentes, ligados a um modelo de civilidade da época, ter boas regras de etiqueta e boas maneiras.

No século XVII, surgia concomitantemente um conceito de literatura pedagógica, destinada a crianças e adolescentes, e também a pais e educadores. No século XVIII, os centros de ensino receberiam pessoas de todas as faixas etárias, não havendo divisão, porque o objetivo era ser mais técnico do pedagógico, por isso só os jovens frequentavam a escola.

A idéia de educação para todos não era defendida pelos pensadores do século XVIII, pois a proposta era ter uma educação diferenciada, tendo como referencial a classe social, que denominavam classes primárias e secundárias. A política das escolas, de certa forma, discriminava as crianças muito pequenas, que classificavam de fracas e incapazes, principalmente as pertencentes à classe baixa, fundamentando a entrada de forma tardia.

E Ariés alavanca ainda outro elemento muito relevante, quando menciona o crescimento acelerado do capitalismo, com o uso da mão-de-obra infantil, que contribuiu para o aumento das desigualdades e evidenciou uma valorização de crianças de forma diversa, que variava conforme à classe social.

¹³ Ibidem. p. 39.

O autor não retrata especificamente a exploração do trabalho infantil, das crianças abandonadas. Estes problemas aumentaram muito durante a Revolução Industrial, onde a mão-de-obra infantil era considerada barata e não existia controle por parte das autoridades competentes, principalmente quando essas crianças vinham de famílias pobres. Este fato gerou um movimento para a formulação de leis, recursos e políticas sociais para inibir a exploração da mão-de-obra infantil e criar instrumentos para a proteção da infância pobre, desvalida.

O que era compreendido como responsabilidade de entidades particulares, assistencialistas ou filantrópicas, passou a ser do poder público. Estes órgãos públicos passaram a criar mecanismos para tirar da rua crianças denominadas de “menores”, pois consideradas infratoras, levanda-os para uma casa de correção em sistema de internato, com o propósito de tirar do espaço urbano aquelas crianças que não tinham uma moradia fixa e que apresentassem condutas consideradas contrárias à moral e aos bons costumes.

Acompanhando estas mudanças, entre os séculos XII até o XXI, a sociedade vem criando, desenvolvendo modelos, conceitos que valorizem a infância, dando espaço à infância pobre e desvalida. Ariés ressalta que o sentimento de infância acontecia nas camadas mais nobres da sociedade, deixando assim a criança pobre à margem do conhecimento do verdadeiro significado de infância, contando com a própria sorte, ao longo do passar dos séculos, como vimos na conferência proferida por Marilena Chauí.

O conceito de infância foi se formando com a consciência de que a criança era realmente diferente do adulto. E se começou a viver o ser “criança”. O reconhecimento deste conceito foi uma transformação histórica e social. Trata-se de vários fatores, posições que incluem família, escola, pais e responsáveis ou que colaboram com o pensar e viver da infância.

As sociedades contemporâneas vêm buscando, através de programas sociais, assistenciais e filantrópicos, trabalhar para diminuir e reparar erros para trabalhar a desigualdade, os descasos com a infância e a adolescência.

Um movimento relativamente consciente para a formação de uma nova sociedade foi que projetos pedagógicos passaram a ser geridos para as crianças, algo novo em meio a esta mudança. O principal objetivo passou a ser afastar a criança da convivência total com suas gerações anteriores, e conseqüentemente surge o moderno colégio, dentro do qual a criança passou a ser “separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena”.¹⁴

¹⁴ Ibidem. p. 11.

A preocupação e a atenção com a educação moral e pedagógica, o comportamento em sociedade, surgiram já na modernidade e nos fazem acreditar em um processo histórico de valorização da infância.

No Brasil, a infância se constitui em meio a diversidade, observado pelo MEC, na *Revista Criança do Professor de Educação Infantil*, em 2007:

[...] é preciso considerar a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos: no Brasil, as nações indígenas, suas línguas e seus costumes; a escravidão das populações negras; a opressão e a pobreza de expressiva parte da população; o colonialismo e o imperialismo que deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de crianças e adultos¹⁵.

As crianças ganham o reconhecimento perante a sociedade, passando a ter direitos, favorecendo compreendê-las sob um novo olhar. Ainda segundo aponta a pedagoga Paloma da Silva Jácome, a infância passa a fazer parte da história e não somente uma fase, uma história humana, porque o ser humano tem infância¹⁶. Seu apontamento advém da leitura de Maria Fernanda Rezende Nunes, Patrícia Corsino, Vital Didonet, em publicação editada pelo MEC e intitulada *Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*:

O processo histórico descrito anteriormente foi consolidando a concepção de criança como sujeito histórico, social, produtor de cultura, ativo e criativo, cujo desenvolvimento se dá de forma indivisível. Ela não pode ser vista apenas como um corpo que precisa de cuidado, tampouco como uma mente sem corpo ou uma inteligência que aprende num corpo ao qual não se dê atenção. O argumento é, pois, da coerência das ações de educação infantil, que sejam respeitadas da unidade da criança.¹⁷

Essa preocupação com a infância, que agora se torna um problema económico e político, agilizou o andamento da implementação de políticas públicas para recuperar a infância e foi se espalhando por todas as partes do mundo, chegando ao Brasil por volta de 1942, com a criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, que acolhia, num regime disciplinar, crianças (“menores”) que tinham conflito com a lei.

Na década de 1980 essa questão passou a ser compreendida como prioridade no campo político e social e estas discussões sofreram uma influência de carácter regulamentar internacional,

¹⁵ REVISTA CRIANÇA do Professor de Educação Infantil. Brasília, 2007. p. 15.

¹⁶ JÁCOME. Paloma da Silva. **Criança e infância**: uma construção histórica. Op. Cit.

¹⁷ NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil**: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica; Fundação Orsa, 2011. p. 38.

avançando até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, direcionando e estabelecendo as diretrizes no âmbito de políticas públicas¹⁸ para atender crianças e adolescentes, buscando descriminalizar a infância e a adolescência pobres para que pudessem ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Foi a partir das idéias e contribuições de Ariés que buscamos conhecer melhor a questão da infância e seus desdobramentos, suas necessidades, para compreender o processo em que se colocou a possibilidade de ocupar um espaço antes imperceptível, com a abertura de caminhos e investimentos na área social para crianças, adolescentes e jovens ocuparem seu espaço de direito na sociedade.

A partir desse processo, identificamos a criança em seu movimento de alçar o novo mundo social, formando-a com o mais profundamente novo, como ressalta o antropólogo e sociólogo José Carlos Rodrigues:

Começa a nascer aí a criança que conhecemos: inventa-se aí a infância. [...] A criança transforma-se em “indivíduo”, passa a ser sujeito de direitos e desejos, guarnecido de importância social, até então inexistente. Diante desta nova disposição, surge a família, agora responsável pela sua educação e afetividade. Escola e família se unem em função deste “pequeno ser”, singular e único, para o civilizar e para fazer dele uma criança “bem educada” – se quisermos utilizar uma expressão hoje corrente, mas que não aparece antes do século XVII.¹⁹

Diante destas reflexões, se torna relevante discorrer sobre a transição do olhar assistencialista, que sem dúvida foi muito importante para a comunidade, naquele recorte temporal na formação do bairro, e dar o decisivo passo para a institucionalização do ensino para a educação infantil.

¹⁸ Eloisa de Mattos Höfling define políticas (públicas) sociais com ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Ver: HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) Sociais. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível site < <http://www.scielo.com.br> > acessado em 5 abr. 2021.

¹⁹ RODRIGUES, José Carlos. A infância e o poder. *In*: RODRIGUES, José Carlos. **Ensaio em antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992. p. 122.

CAPÍTULO 1 **O bairro e o lar**

1.1 – Breve relato sobre o Lar de Amparo e Promoção Humana

A instituição Lar de Amparo e Promoção Humana foi fundada em 15 de agosto de 1983 na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. A partir do início de suas atividades, foi passando por vários processos de mudanças históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais, observadas no desenvolvimento do terceiro setor. Era a maior instituição filantrópica do interior de Minas Gerais, a oitava maior instituição do estado, com oito unidades situadas em Uberlândia. O Lar foi reconhecido em premiação criada pela Kanits & Associados²⁰, o prêmio Bem Eficiente, como uma das cinquenta entidades do setor mais bem administradas do país, num montante de aproximadamente trezentas mil existentes.

A identificação e a comporeensão da lógica e do funcionamento do Lar de Amparo e Promoção Humana se organizaram, nesta pesquisa, com a contribuição do trabalho desenvolvido por Edileusa Godói de Sousa, que resultou na dissertação de mestrado em Administração intitulada *Redes organizacionais: perspectiva para a sustentabilidade de uma ONG em Uberlândia-MG*.²¹

No início de suas atividades, o Lar de Amparo e Promoção Humana tinha ações voltadas a “benevolência”, a “servir ao próximo necessitado”, e, com o passar do tempo, foram se incorporando outras atividades voltadas ao que denominavam “desenvolvimento integral do ser humano”. Os idealizadores do projeto, destacando-se João Bittar Júnior, divulgaram como propósito desenvolver uma ação abrangente de assistência a todas as idades, setores, profissionais e assistidos, profissionalizando e preparando para o mercado de trabalho e para a “sustentabilidade

²⁰ Stephen Kanitz, administrador por Harvard, criou o Prêmio Bem Eficiente, em 1994. Ver: <http://www.filantropia.org/QuemSomos.htm>. Acesso em 14 abr. 2021.

²¹ SOUSA, Edileusa Godói de. **Redes organizacionais: perspectiva para a sustentabilidade de uma ONG em Uberlândia-MG**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

social”, adotando uma gestão articulada à lógica de mercado. Edileusa Sousa assim apresentou a autodefinição do Lar:

O LAR se auto-define, conforme seu estatuto, como uma associação, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade uma ação social: educativa, cultural, de promoção humana, proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice.²²

Segundo descreveu Edileusa Sousa, na porta de entrada da unidade administrativa da organização encontravam-se os dez mandamentos do Lar: (1) ternura; (2) sinceridade; (3) diálogo; (4) tolerância; (5) compreensão; (6) muito amor; (7) bom humor; (8) fidelidade; (9) harmonia e (10) dedicação. Estes mandamentos alinham-se à missão da organização, afixada em forma de cartaz nos murais em todas as suas unidades, que diz que a organização deve: “Educar, apoiar e promover o desenvolvimento integral do Ser Humano, do útero materno à terceira idade, com vistas à superação de todo tipo de desigualdade social”.²³

E continua a descrição da pesquisadora, a respeito da missão do Lar, e das referências, dos valores e dos princípios que a ONG afirmava seguir:

- a. Humanismo: colaborar para a igualdade social, e qualidade das relações sociais.
- b. Ser humano, valorizado e respeitado: respeitar o ser humano como destinatário final de tudo que é realizado.
- c. Ética, questão de integridade e confiabilidade: manter tudo que é realizado em base ética e nos princípios do estado de direito.
- d. Transparência: compartilha suas ações abertamente, como também suas dúvidas e a busca de respostas.
- e. Qualidade, compromisso de todos: buscar qualidade em todas as atividades realizadas.
- f. Imagem, patrimônio a preservar: preservar a boa imagem é compromisso de todos, no trabalho e nas relações sociais.
- g. Prosperidade: buscar soluções inovadoras, e aperfeiçoamento contínuo com intuição, sensibilidade e conhecimento.²⁴

²² Ibidem.

²³ Ibidem. p. 94.

²⁴ Ibidem.

A efetivação da missão da ONG acontece através de uma unidade administrativa e oito unidades de atendimento, localizadas estrategicamente na cidade para alcançar lugares e pessoas, conforme a proposta do projeto. É relevante dizer que a ONG oferecia seus serviços comunitários gratuitamente, principalmente para a população de baixa renda do município de Uberlândia e região, conseguindo alcançar aproximadamente 26.500 pessoas, compostas por gestantes, crianças, adolescentes, jovens, adultos, deficientes e idosos.

A partir destes conceitos, conhecendo melhor a dinâmica destas instituições, vejamos um breve histórico, retirado e baseado em um documento oficial da Câmara Municipal de Uberlândia, no Projeto do Decreto Legislativo nº 694/04, em diploma de Honra ao Mérito concedido aos fundadores e colaboradores da Instituição Lar de Amparo e Promoção Humana:

O Lar de Amparo e Promoção Humana é uma instituição filantrópica, educativa e cultural, sem fins lucrativos. Fundada por **João Bittar**, em 15 de agosto de 1983, com sede na Rua do Cinegrafista nº 99 (Bairro Planalto). Oferece todos os seus serviços gratuitamente à população de baixa renda de Uberlândia e região, atendendo uma clientela diversificada de gestantes, crianças, adolescentes, jovens, adultos, portadores de deficiência e idosos. [...] Em 1996, no dia 02 de setembro, foi fundada a **Creche Educativa II** (Bairro Dom Almir) a 4ª Unidade do **LAR**, para atender crianças de 0 a 06 anos de idade, em período integral. [...] Em 2000, no dia 07 de fevereiro, foi implantado o Setor de **Apoio e Promoção Sócio-Familiar**, em todas as Unidades, visando através de visitas das Orientadoras Sociais, apoiar e incentivar as famílias dos atendidos a buscarem soluções para suas dificuldades, portanto sua autonomia e cidadania, além de promover o levantamento de informações para uma pesquisa de perfil sócio-familiar, que norteia a estruturação das novas frentes de atendimento da instituição. [...] Em 2002, foi implantado o Setor **Integrando Gerações**, em todas as Unidades, visando através de um projeto pioneiro a integração de 5000 idosos inscritos com as 2700 crianças e adolescentes atendidos pelo **LAR**. [...] Em 2002 foi implantada a **Administração Geral**, visando nuclear a administração dos setores de atendimento do **LAR** em um único ambiente com localização central e estratégica.²⁵

Essa unidade administrativa tem um aspecto interessante que merece ser destacado. A diretoria executiva do Lar é formada por uma diretora presidente, diretor financeiro, diretora

²⁵ UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. **Decreto Legislativo nº 694/04**. Concede Diploma de Honra ao Mérito ao Lar de Amparo e Promoção Humana, ao seu fundador, aos diretores, coordenadores, orientadores e equipe de funcionários e voluntários e parceiros, e revoga o Decreto 308, de 08 de outubro de 2003. Uberlândia: Câmara Municipal de Uberlândia, 1 jul. 2004.

secretária, diretor social, todos voluntários que se propuseram a iniciar e executar o programa, decidir sobre admissão de novos associados, organizar o orçamento anual, convocar assembléia geral, elaborar regimento interno, e conversar sobre assuntos e decisões que precisam passar pela apreciação da diretoria. São oito áreas de apoio a administração e ao atendimento à comunidade.

As áreas de atuação, tal como levantado e demonstrado por Edileusa Sousa, são: 1. Planejamento organizacional que elabora, seleciona e acompanha os projetos sociais desenvolvidos pela instituição. 2. Comunicação que fica incumbido por todo fluxo de informações para os públicos internos e externos da ONG, e tem ainda o controle sobre o departamento de eventos, que é uma parte fundamental no organograma funcional, que através dos projetos que a organização consegue captar recursos, e ainda divulgam os resultados alcançados projetando e colaborando com a gestão transparente. 3. Pedagógica: padronizar o plano de ação pedagógico em todas as unidades do LAR. 4. Valores humanos: recrutar, selecionar, treinar colaboradores e voluntários para melhorar a qualidade de atendimento. 5. Informática: caucionar *hardwares e softwares*, avaliando, resolvendo problemas, buscando melhorias para o Sistema de Informatização (SI) da organização. 6. Financeira: gerenciar as doções e subvenções recebidas, pagar as contas nos vencimentos e controlar o movimento bancário. 7. Controladoria: Registrava e controlava o patrimônio. A organização contava com o programa SISPRO, específico para controle patrimonial, entrada e saída de bens, padronizando o processo auxiliando a contabilidade através de dados atualizados. 8. Suprimentos: dar suporte as necessidades dos setores e áreas da organização conforme a demanda, proporcionando agilidade e qualidade aos atendimentos²⁶.

E, também como apontado por Edileusa Sousa, existia uma dinâmica e administração muito organizada, onde se pode citar como exemplo a área de suprimentos que era dividida em cinco departamentos: 8.1. Compras: criando uma cultura de “fornecedores, parceiros e doadores”, firmavam parcerias transparecendo a missão, com o objetivo de sensibilizar os fornecedores, com comprometimento em relação as necessidades de uma instituição filantrópica. 8.2. Per Capita: individualizar o custo por atendido (*per capita*), e gerenciar o consumo dos setores e áreas, controle de despesa de gêneros alimentícios e produtos de limpeza. 8.3. Depósito: armazenar todas as mercadorias, compradas, recebidas em doação, e distribuir nas unidades, quando possível para outras entidades e comunidade. 8.4. Manutenção: oferecer assistência em consertos, conservação

²⁶ SOUSA, Edileusa Godói de. **Redes organizacionais**: perspectiva para a sustentabilidade de uma ONG em Uberlândia-MG. 2005. Op.cit.

e melhorias na infra-estrutura dos prédios, móveis e equipamentos de todas as unidades do Lar.

8.5. Transporte: Encarregado de transportar gêneros alimentícios, de limpeza, móveis, equipamentos, material de construção, documentos, outras necessidades em todas as unidades do Lar e da comunidade.²⁷

Todos os setores acima citados atendiam diretamente gestantes, crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas com deficiência e idosos.

Um dos teóricos que fundamentam a abordagem de Edileusa Sousa é Mike Hudson, diretor de consultoria especializada em liderança, gestão e governança de organizações da sociedade civil, cujos clientes compõem-se de organizações nacionais e internacionais nas áreas de bem-estar social, desenvolvimento internacional, saúde, habitação e educação, e seus financiadores governamentais e de fundação. Para Hudson, as organizações que fazem parte do terceiro setor, devem ter uma orientação em valores, com um objetivo social definido, com o público beneficiado a ser atendido ou a causa a ser defendida, independente de composição jurídica e qualificações distintas²⁸.

O Lar, de acordo com descrição apresentada por Edileusa Sousa, atuava conforme esses valores e princípios que se propõem suprir o atendimento a um objetivo social definido que o de promover o desenvolvimento integral do ser humano, como denota sua missão²⁹. Por esse viés, a entidade conseguiu demonstrar que preenchia todos os requisitos impostos por lei para se beneficiar de isenções, estando assim apta a atender as exigências necessárias para receber valores vindos de subvenções, empresas, resultantes de renúncias fiscais autorizadas para algumas linhas de financiamento de projetos como, a Lei 9.249/95³⁰, que concede o direito a empresas de deduzir o valor da sua doação de seu lucro operacional, o da Lei Rouanet de incentivo à Cultura³¹.

²⁷ Ibidem.

²⁸ HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

²⁹ SOUSA, Edileusa Godói de. **Redes organizacionais: perspectiva para a sustentabilidade de uma ONG em Uberlândia-MG**. 2005. Op. Cit.

³⁰ BRASIL. Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1995.

³¹ Principal mecanismo de fomento à cultura no Brasil, a Lei Rouanet permite que empresas e pessoas físicas destinem, a projetos culturais, parte do Imposto de Renda (IR) devido. Para pessoas físicas, o limite da dedução é de 6% do IR a pagar; para pessoas jurídicas, 4%. O objetivo da lei é incentivar a produção cultural. Para isso, a União abre mão de uma parte do Imposto de Renda, a fim de que esses recursos sejam aplicados em projetos aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC). Ver: BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Especial da Cultura. Lei de Incentivo à Cultura. Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/> Acesso em 15 abr. 2021.

Podemos, então, verificar então que o de Lar de Amparo e Promoção Humana opera com recursos de terceiros, sejam públicos ou privados, que indica que a institucionalizaçãodas redes organizacionais são determinantes para a sustentabilidade da organização.

Seguindo o levantamento de Edileusa Sousa, observamos que o Lar mantinha redes intersetoriais, desenvolvendo uma camaradagem, uma cooperação com aproximadamente cem outras organizações do mesmo setor, repassando produtos, materiais recebidos por meio de doação após atender todas as necessidades dos atendidos pela ONG³².

Com relação à gestão administrativa de uma ONG, é relevante elencar a diferença fundamental deste setor. Enquanto uma empresa do setor privado ou até mesmo do público trabalha com metas imediatistas a serem atingidas, e a questão material, no caso de uma ONG, são trabalhados seres humanos, e se depende muito do entendimento de poder realmente auxiliar essas pessoas assistidas. O diretor financeiro desta instituição faz afirma a importância da organização empresarial para melhorar a qualidade no atendimento interno e externo. Grande parte dos instrumentos de gestão do Lar de Amparo e Promoção Humana é direcionada para a captação de recursos, firmando parcerias para viabilizar o andamento do objetivo e trabalho proposto. A área de planejamento organizacional elabora projetos para captação de recursos, utiliza planilhas, relatórios, orçamentos, rotinas internas de trabalho, análise de desempenho, auditorias que são executadas pelo menos uma vez por ano, realizando um balanço para a previsão e planejamento de trabalho para o próximo ano. Os gestores do Lar salientam a importância da transparência destas operações para sustentar o trabalho da entidade.

A sustentabilidade econômica desta organização depende do alcance de objetivos e metas. Cada setor tem sua meta, seguindo para um objetivo comum de todos os setores, que é oferecer atendimento gratuito ao maior número de famílias e pessoas de baixa renda, no âmbito das necessidades básicas diárias, emergenciais.

O Lar fundamentava suas diretrizes em doze linhas de trabalho, seguindo temas que foram elencados por Edileusa Sousa:

³² SOUSA, Edileusa Godói de. **Redes organizacionais**: perspectiva para a sustentabilidade de uma ONG em Uberlândia-MG. 2005. Op. Cit.

(1) O LAR instituição; (2) a família (estrutura familiar); (3) fraternidade (amar e respeitar o próximo); (4) a comunicação (gentilezas); (5) a ética (respeitar o próximo); (6) o desenvolvimento humano (respeitar e valorizar o ser em diferentes fases da vida: infância, adolescência, juventude, adultos, terceira idade e velhice); (6) a cidadania (formação e conscientização cidadã e seu lugar na sociedade); (7) a cidadania (conscientizar-se do seu papel perante a sociedade enquanto cidadão do mundo); (8) o meio ambiente (conscientizar, respeitar e preservar); (9) os vícios (os custos dos vícios, em que prejudica a pessoa); (10) a globalização (o que é, e compartilhar as informações buscando o equilíbrio); (11) o trabalho (valorizar os tipos de profissões, considerando o desenvolvimento humano e intelectual); (12) a sexualidade (informar e conscientizar).³³

Estas linhas de trabalho, vão sendo modificadas a medida que se torne necessárias e observando o público que ia ser atendido. Com vistas a este aprimoramento de qualidade no atendimento, a equipe seguia um sistema de processos padronizados, redefinição de programas, geração de relatórios de atividades e seus resultados. Gerenciar riscos e crises era parte fundamental para alcançar e efetivar os objetivos da organização. Para acompanhar este processo, utilizavam relatórios diários, com o registro de quantas refeições diárias, semanais, mensais, eram oferecidas e se o estoque tinha a quantidade de alimento necessário para a demanda de cada unidade, que cabia a cada coordenador solicitar os produtos para o atendimento dos assistidos, com antecedência, ao setor de suprimentos. Se, por algum motivo, o repasse de subvenção por parte de algum parceiro fosse interrompido, isso se tornava uma dificuldade para os coordenadores resolverem a necessidade daquele momento.

O Lar trabalhava com uma infra estrutura padronizada, principalmente nos centros de formação, todas financiadas pelas parcerias de investimento que eram direcionadas para construção predial, mobiliares e equipamentos, a de custeio para a manutenção no dia-a-dia em cada unidade, contando com uma equipe multifuncional para o atendimento satisfatório e de qualidade, que fazia parte das metas dos projetos realizados. Tinha como princípio a coletivização das tomadas de decisão em sistema participativo com reuniões setoriais, onde se traçavam ações alinhadas com as necessidades dos atendidos, da organização e da comunidade.

Cabe comentar outro desafio enfrentado pelo Lar e identificado pela pesquisa de Edileusa Sousa, que se refere ao número reduzido de funcionários em determinados setores, como farmácia, fisioterapia, promoção de trabalho e renda, integração de gerações, que só contavam com um único

³³ Ibidem. p. 105.

colaborador. Por serem especializados, ficava difícil contratar funcionários para a organização pagar, visto que todas as ações eram gratuitas e o pagamento dos funcionários dependia da parceria com a Prefeitura Municipal, que, por muitas vezes, não reajustava os valores das subvenções, dificultando a contratação de novos funcionários. Por vezes aconteciam situações em que um funcionário era admitido, se qualificava, mas recebia proposta de trabalho com salário melhor e deixava a instituição. Por essa razão, a instituição contava com a colaboração dos voluntários.

Observa-se uma grande dificuldade do terceiro setor para conciliar aumento de profissionalização e o empenho em cumprir os objetivos apresentados por cada entidade. E tudo leva a crer que a participação de voluntários foi fundamental para a efetivação do Lar. A sustentabilidade econômica está diretamente ligada a eficiência da aplicação e uso dos recursos, da lógica de curto prazo, aplicando-se aí a profissionalização. A expectativa de atingir o foco desta dimensão é conseguir recursos junto aos parceiros e consequentemente fazer a prestação de contas dos resultados obtidos, numericamente. Em contrapartida, ao se sustentar economicamente o Lar corria o risco de perder a característica de uma organização do terceiro setor, devido à padronização e à sistematização dos processos para atender a exigências de parceiros.

A organização desenvolvia o sistema de parcerias. Utilizava um termo de parcerias, onde havia informações do que seria doado, por quem seria doado e o que o Lar ofereceria em troca, reforçando o comprometimento entre as duas partes para o desenvolvimento dos projetos.

Abaixo, apresento uma dessas parcerias citadas, onde a Prefeitura Municipal de Uberlândia firmou convênio através de uma subvenção social para auxiliar nas despesas no desenvolvimento dos projetos em andamento:

Extrato do Convênio nº 079/2006 PARTES: MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E LAR DE AMPARO E PROMOÇÃO HUMANA CRECHE DOM ALMIR
FUNDAMENTAÇÃO: Na Lei nº 4320/ 64, no artigo 116 da Lei nº 8666 de 21/06/93, nos artigos 204, I, da Constituição Federal; 5º, I e 6º da Lei Federal nº 8742, de 07/12/93 - Lei Orgânica da Assistência Social; 45, XIV e 151, § 2º, da Lei Orgânica Municipal; 43, V, XIV e 44, XII, XIII, XIV, XXVI, da Lei Complementar nº 78, de 27/04/94 - Plano Diretor do Município de Uberlândia; na Lei 5775, de 02/06/93; na Lei nº 6.480 de 28/12/1995 e sua alteração, Lei 8310 de 16/05/03, Lei 6483 de 28/12//95 alterada pela Lei 8339 de 13/ 06/03. Resolução 207 do CNAS, na Lei 9.140 de 26/12/05 e no Plano de Trabalho - Anexo I ao Convênio. OBJETO: Repasse de duodécimos respectivos de subvenção social. VALOR: R\$ 102.765,00 (Cento e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07-12- 365-2002-2.055-3.3.50.43-07-01

VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura até 31/12/2006 DATA DE ASSINATURA: 25 de Janeiro de 2006 AMGS/ lac.³⁴

Grande parte, aproximadamente setenta e dois por cento dos recursos obtidos para manter a ONG em atividade, provinha do poder público, como a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; vinte e cinco por cento dos recursos vinham do segundo setor; e três por cento vem do terceiro setor. Estas parcerias eram firmadas através projetos, e, a partir dos cálculos dos gastos, os recursos eram destinados para a execução das propostas.

No caso do BNDES, a parceria era considerada pontual, orientada: os recursos eram direcionados, controlados e acompanhados por meio de relatórios, com recursos para construção de novas unidades do Lar.

No caso da Prefeitura Municipal de Uberlândia, a relação era de forma tutelada: os recursos eram destinados às despesas custeio. Uma vez aprovada a subvenção, poderiam acontecer mudanças sugeridas pelo Lar conforme a necessidade, mas a aprovação final ficava nas mãos da Prefeitura Municipal de Uberlândia, tendo o *locus* do controle, determinando em que poderia ser gasto o dinheiro da subvenção como: pessoal, água, luz, telefone, material de consumo e outros. Em resumo, a Prefeitura Municipal de Uberlândia repassava o recurso mas determinava onde poderia ser gasto.

As parcerias com o segundo setor foram efetivadas diretamente ou através de suas fundações de maneira informal, sendo registradas por recibos de doações, restritas a empresas, como Sadia, Grupo Martins, Unitri, Triang Internet Provider, Tribanco, Fundação Vitae, Bradesco, Cargill, fundamentais para a sustentabilidade da organização.

O documento da Câmara Municipal de Uberlândia, no Projeto do Decreto Legislativo nº 694/04, anteriormente mencionado, enaltece a trajetória do fundador do Lar de Amparo e Promoção Humana, seu histórico nas atividades sociais e políticas. Esses trechos também foram retirados do diploma de Honra ao Mérito aos fundadores e colaboradores da Instituição Lar de Amparo e Promoção Humana:

³⁴ UBERLÂNDIA. Extrato do Convênio nº 079/2006 Partes: Município de Uberlândia e Lar de Amparo e Promoção Humana – Creche Dom Almir. **Diário Oficial do Município**, Uberlândia, p. 17, 6 fev. 2006.

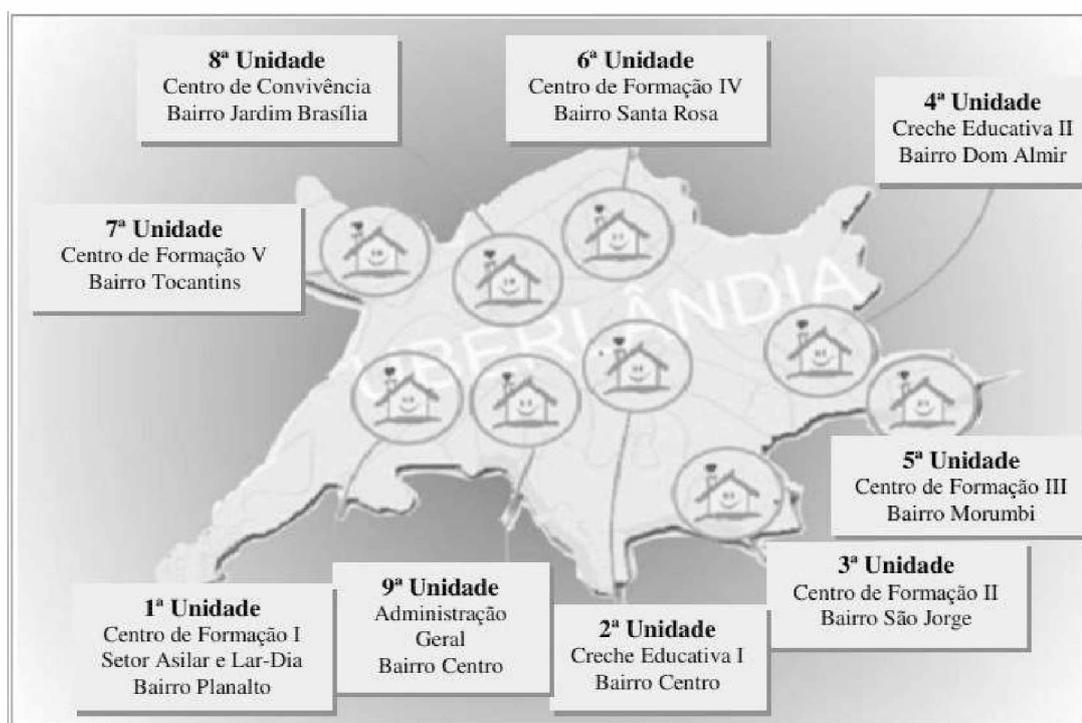
[...]“**JOÃO BITTAR JÚNIOR** com apenas 20 anos de idade fundou há 20 anos o **Lar de Amparo e Promoção Humana**, instituição filantrópica, educativa e cultural sem fins lucrativos, iniciando suas atividades com a construção de um asilo para idosos carentes e sem família, onde é oferecida hospedagem, alimentação, assistência médica e fisioterápica, hoje com capacidade para 40 idosos. [...] João Bittar articulou parcerias com organizações nacionais e internacionais como: VITAE, BNDES, Credicard, Fundação Amerian Express, Fundação Bradesco, Grupo Martins, Sadia, Arcom e Capemi, para promover expressivos investimentos na área social de Uberlândia, [...] Foi fundador do primeiro Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Brasil e o seu primeiro presidente, com 28 anos de idade, no período de 10/10/91 a 31/03/92 e vice-presidente deste mesmo Conselho, no período de 06/05/93 a 11/05/95. [...] Foi membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos anos 91,92,93 e 94. [...] Autor da emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias para regulamentação da Lei que concede isenção do pagamento de taxas municipais, às entidades de assistência social, sem fins lucrativos. Promoveu ações políticas junto ao Executivo, para que a subvenção social do município tenha um valor per capita igualitário para todos os atendidos das Organizações não Governamentais Subvencionadas.

Eleito Vereador em 1992, com 2.330 votos, na Câmara Municipal, foi presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ação Social e Defesa do Consumidor, na gestão 93/94. Atuou como relator desta mesma Comissão nos anos de 95/96, além de ter sido membro da Comissão de Educação. Em 03 de outubro de 1996, foi eleito novamente vereador, com 4.694 votos. Na gestão do biênio 97/98 foi eleito Presidente da Comissão de Educação, da Ciência e Tecnologia, de Cultura, de Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal e para o biênio 99/2000 foi eleito relator da Comissão de Direitos Humanos, Ação Social e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal. Em 1998, candidatou-se a Deputado Estadual, obtendo 26.000 votos, mas não conseguiu se eleger. Em 01/10/2000, foi eleito para mais um mandato de Vereador, com 10.955 votos. Como Vereador, atuou na área social, encaminhando projetos que visaram a melhoria no atendimento de pessoas mais carentes, por parte do Município. Atuou também, no sentido de apoiar, organizar e fortalecer as entidades de atendimento social de Uberlândia. Em 06/10/02, foi eleito Deputado Estadual com 54.229 votos. Na Assembléia Legislativa é o Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, membro suplente da Comissão de Política Agropecuária e Agro-Industrial. Está lançando e articulando parcerias para o **Projeto Lares Solidários**, que deverá atender mais de 1.000.000 (um milhão) de pessoas carentes, em todo o Estado de Minas Gerais. O **LAR DE AMPARO E PROMOÇÃO HUMANA**, instituição filantrópica, educativa e cultural sem fins lucrativos, por João Bittar Júnior desenvolveu intenso trabalho de assistência social em Uberlândia, alcançando muitas pessoas e servindo de modelo para o Estado de Minas Gerais e para o País. A importância das suas atividades assistenciais, com cunho essencialmente filantrópico, tem beneficiado todos os segmentos sociais carentes alcançando crianças, jovens, adultos, idosos e deficientes físicos, fazendo emergir a nossa memória a tradição apostólica da primeira instituição cristã de assistência social fraterna, fundada pelos apóstolos de Jesus, nas cercanias de Jerusalém: **A CASA DO CAMINHO**. O Lar alcançou projeção estadual, servindo de modelo às

instituições de natureza análoga em Minas Gerais e certamente servirá de padrão a nível nacional, refletindo a amplitude de suas realizações.³⁵

A abertura deste espaço, conforme informações contidas no documento citado acima, aconteceu em uma casa onde anteriormente havia funcionado a Escola Municipal Doutor Joel Cupertino Rodrigues, no bairro Dom Almir, que foi transferida de endereço com a construção de uma nova estrutura para receber a demanda do Ensino Fundamental. Após a mudança da Escola, o local foi disponibilizado para o funcionamento da Creche Educativa II (Bairro Dom Almir), a 4ª Unidade do Lar de Amparo e Promoção Humana, conforme se vê no mapa abaixo:

Figura 1 – Localização das unidades do Lar de Amparo e Promoção Humana na cidade de Uberlândia.



Fonte: a organização apud SOUSA, 2005.

Os relatórios organizados pela ONG apontavam essa região do Bairro Dom Almir como de extrema carência, neste recorte temporal, que se referencia no ano de 2004. Os relatórios apontavam que as maiores carências detectadas entre os atendidos da instituição eram exatamente

³⁵ UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. **Decreto Legislativo nº 694/04**. Op. cit.

as necessidades básicas e primordiais como a alimentação, moradia, atendimento médico e finalmente educação.

Especificamente tratando sobre a necessidade, o relevante era que a maioria das mães da comunidade e entorno que procuravam a ONG era para matricular os filhos no Lar e poderem contar com um local confiável, seguro, onde seus filhos pudessem ficar enquanto trabalhavam, não precisando deixá-los sozinhos em casa, e tentando afastá-los da rua e seus desafios; e também procuravam pela alimentação a que tinham acesso. As crianças ficavam em tempo integral e não havia o trabalho pedagógico institucionalizado, apenas uma creche que auxiliava no cuidado das crianças do bairro até a volta do trabalho das mães e responsáveis, que buscavam os filhos e iam para casa.

É exatamente desta conexão que trato aqui: entre a ONG Lar de Amparo e Promoção Humana e a EMEI do Bairro Dom Almir. Na transição da necessidade da instauração de políticas públicas naquele setor, foi que me interessei em falar desaa relevante mudança no atendimento educacional naquela comunidade. Saliento a importância deste movimento de transição, com a ONG Lar de Amparo e Promoção Humana, uma instituição filantrópica enquanto lugar de acolhimento para as crianças durante a jornada de trabalho da família, e sua contribuição ao bairro.

1.2 – Sobre as ONGs

Existem diferentes organizações que se reconhecem enquanto Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil e no mundo. Tornou-se difícil para diversos autores da área estabelecer um conceito amplo o suficiente para englobar essas diversas organizações. Não chegaram a um consenso acerca de uma definição. Pelo aspecto jurídico, as ONG's são identificadas como associações ou fundações que se regem por estatutos registrados em cartório de registro civil de pessoa jurídica, conforme informação no *site* da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais no Brasil. A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, fundada em 1991, apresenta no art. 2º do seu estatuto a seguinte definição para as ONGs:

[...] são consideradas Organizações Não-Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.³⁶

A pesquisadora Maria Batista Machado, em trabalho intitulado *O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular*, indica que são muitos os conceitos que definem as Organizações Não Governamentais, e destaca o que foi formulado pela Comissão Sobre Governança Global, em 1996, em razão de ser mais abrangente:

As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto.³⁷

A socióloga Bruna Tamara de Souza Ferreira, em sua dissertação de mestrado intitulada *O papel do "terceiro setor" nas formulações dos governos FHC (1995-2002)*, indica que a literatura sobre o “terceiro setor” o define como sendo iniciativa privada com sentido público, por meio de instituições sem fins lucrativos e com valores da solidariedade entre as pessoas:

Para os autores Melo Neto & Froes, com a falência do Estado do bem estar social e o apogeu do liberalismo, o Primeiro Setor (Estado) foi paralisado. Como

³⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ABONG. **ABONG**: estatuto social. São Paulo: ABONG, 10 abr. 2019. Disponível em: https://abong.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2021/03/Estatuto-Social.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

³⁷ COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 192, apud MACHADO, Aline Maria Batista. O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

resposta, os movimentos sociais, as ONG's, as igrejas e os cidadãos mobilizaram-se para criar uma nova ordem social.³⁸

É praticamente unânime a opinião, entre os adeptos desta visão, que as entidades do “terceiro setor” são as que se destacam na promoção de uma “nova ordem”. Defendem que há um espaço que o Estado deixaria “livre” e começaria a ser preenchido pelo privado, principalmente pelas empresas e entidades do terceiro setor. De acordo com Bruna Tamara de Souza Ferreira, para esta visão, a nova ordem social possui características como:

predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e empresarial; mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo; surgimento de uma nova concepção de Estado; substituição da prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social; surgimento de novas instituições sociais; diminuição da influência da burocracia estatal e aumento da influência das entidades comunitárias; abertura de novos canais de reivindicações sociais; e emergência de redes de solidariedade social.³⁹

Diante desta nova realidade e segundo autores Francisco Paulo Melo Neto e César Fróes, citados pela socióloga Bruna Ferreira: “a atuação de um Estado grande e de um Governo forte é substituída pelo surgimento de uma ação comunitária forte, atuante, reivindicatória e mobilizadora”⁴⁰.

Ainda a partir do estudo de Bruna Ferreira, vemos que Carlos Montaña⁴¹ define que esse terceiro setor transporta para o controle privado “soluções para a questão social” e, com a atuação de seus diferentes agentes, pretende “dispensar” o Estado de sua responsabilidades. Esses agentes são, por exemplo: organizações não governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil (OSC), organizações da sociedade civil de interesse

³⁸ FERREIRA, Bruna Tamara de Souza. **O papel do "terceiro setor" nas formulações dos governos FHC (1995-2002)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

³⁹ Ibidem. p. 21.

⁴⁰ MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial**. Rio de Janeiro. Qualitymark, 1999. Apud FERREIRA, Bruna Tamara de Souza. **O papel do "terceiro setor" nas formulações dos governos FHC (1995-2002)**. Op. Cit.

⁴¹ MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Apud FERREIRA, Bruna Tamara de Souza. **O papel do "terceiro setor" nas formulações dos governos FHC (1995-2002)**. Op. Cit.

público (OSCIPs), empresas cidadãs, instituições filantrópicas, culturais e religiosas, clubes, associações, comunidade, família, voluntários.

O desenvolvimento de atividades sociais através das ONGs e outros organismos, com a participação da iniciativa privada ganha força internacionalmente a partir da década de 1980, com uma crise generalizada na economia dos países capitalistas, e passam a ocorrer “parcerias” entre iniciativa privada e o Estado.

Abre se um debate a respeito do “terceiro setor”, onde o projeto neoliberal assume a reestruturação do sistema capitalista com a transferência de responsabilidades do setor público (Estado) para o setor privado. Neste contexto, aconteceram transformações no setor econômico, social e político na reforma do Estado no Brasil, na década de 1990.⁴²

No campo da educação, no Brasil, essas parcerias entre governo e iniciativa privada são justificadas por ambos os setores com a necessidade de manter economicamente a estrutura educacional. Na prática social, é perceptível que, com isso, as instituições escolares se vêem diante de uma nova postura que não favorece uma concepção democrática do ensino e sim da lógica do mercado e da livre concorrência.

As ONG's costumam estar presentes em áreas que indicam como “carentes” de intervenção social: saúde, postos de trabalho, qualificação profissional, assistência social, direitos políticos, proteção aos meio ambiente e dos animais, defesa dos direitos dos deficientes, homossexuais, indígenas, pessoas de baixa renda, idosos, mulheres e crianças. Oferecem prestação de serviços jurídicos, psicológicos, educacionais, capacitação através de cursos profissionalizantes, auxiliar no encaminhamento para órgãos de atendimentos de acordo com a necessidade, acolhimento social, com o intuito de colaborar e auxiliar pessoas e grupos sociais. O “terceiro setor” surge enquanto mecanismo de apoio à sociedade, efetivando o que as “parcerias”, com o objetivo de, por exemplo, “melhorar a qualidade da educação”. É dessa forma que se dá a intervenção do setor privado na trajetória das diretrizes das políticas educativas.

⁴² FERREIRA, Bruna Tamara de Souza. **O papel do "terceiro setor" nas formulações dos governos FHC (1995-2002)**. Op. Cit.

CAPÍTULO 2

A transição de ONG para EMEI e as experiências a partir daí

2.1 – Sobre a EMEI do Bairro Dom Almir

Neste momento, a pesquisa se desenvolveu a partir da leitura do primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP), de 2008, da Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir (EMEI), situada a à Rua da Consolação, nº 135, Bairro Dom Almir, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais⁴³.

A escolha do nome do Bairro foi em homenagem ao Bispo Dom Almir Marques Ferreira, que nasceu em Patrocínio-MG em 1911. Pertencia a uma família humilde, ingressou sua caminhada em Uberaba-MG aos 16 anos e encerrou em Belo Horizonte-MG. Foi consagrado em Uberlândia no ano de 1935, atuando até o ano de sua morte, em 1984, sendo o primeiro Bispo da Diocese de Uberlândia, entre os anos de 1961 e 1978. Era um sacerdote muito engajado. Aos poucos, foi desenvolvendo projetos como “Diálogo Conjugal”, existente até hoje no Santuário Nossa Senhora Aparecida, e se envolvendo em causas sociais, sendo um sacerdote que respeitava outras religiões, e demonstrava se importar com o bem do próximo, independente do credo. Assim, o Bispo Dom Almir, muito estimado na região pelos primeiros moradores do bairro, homenagearam com seu nome o bairro e a primeira Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir.⁴⁴

A Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir constitui-se como entidade pública integrante da rede municipal de ensino, onde ministra a educação infantil, atendendo à

⁴³ UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

⁴⁴ BOCAMINO, Ariane. Bairro Dom Almir tem o nome do primeiro bispo de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 31 out. 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-eregiao/bairro-dom-almir-tem-o-nome-do-primeiro-bispo-de-uberlandia>.

faixa etária de quatro meses a cinco anos e onze meses, conforme disposições da Lei nº 9394/96 (LDB), que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.⁴⁵

A Escola foi criada e estabelecida pela Lei nº 9426, de 23 de fevereiro de dois mil e sete, pertencente à Prefeitura Municipal de Uberlândia, e reportando-se à Secretaria Municipal de Uberlândia. A disposição de funcionamento da Escola foi definida para funcionar em dois períodos, com atendimento dos alunos de quatro e cinco anos, turnos manhã e tarde, e alunos de quatro meses a três anos no período integral compreendido entre as sete horas e as dezesseis horas e vinte e cinco minutos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa um documento que firma o compromisso com a educação, sob o aspecto social, compartilhando práticas de ações articuladas e projetadas democraticamente com a comunidade escolar, para o aperfeiçoamento, a compreensão do trabalho educativo na Escola, coletivamente com pais, alunos, professores, funcionários e outros, na construção da qualidade do ensino e da aprendizagem. Tem como referencial o que está previsto na LDB, que a educação é dever da família e do Estado, inspirado nos ideais de liberdade, solidariedade humana, e tem como finalidade o desenvolvimento da criança, do educando, preparando para o exercício da cidadania e futura qualificação para o trabalho.⁴⁶

A Educação Infantil, à qual se dedica a Escola, é uma modalidade educacional que faz parte da primeira etapa da Educação Básica, visando o desenvolvimento integral da criança de quatro meses a cinco anos e onze meses de idade, completos até trinta dias de junho do ano em curso, de acordo com o as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil⁴⁷, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conjuntamente com a ação da família e comunidade⁴⁸.

A Educação Infantil se organiza para que as crianças desenvolvam uma identidade positiva de si mesmas, confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações. Com o processo educativo, vão descobrindo seu corpo, seu potencial, suas limitações, desenvolvendo hábitos de cuidado com a própria saúde e com seu bem-estar. Aprendem a estabelecer vínculos afetivos com

⁴⁵ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

⁴⁸ UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir. **Projeto Político Pedagógico**. Op. Cit. p. 8.

adultos e com outras crianças, fortalecem sua auto-estima, gradativamente ampliam suas possibilidades de comunicação e interação social, estabelecendo cada vez mais relações sociais, e aprendendo a se posicionar, a respeitar as diversidades, a desenvolver atitudes de colaboração.⁴⁹

Portanto, com o processo da educação escolar, aprender a se integrar ao ambiente, a tornarem-se agentes transformadoras do meio ambiente, contribuindo para sua conservação. Aprendem a expressar emoções, sentimentos, pensamentos, desejos, necessidades, através da brincadeira, do brincar, a expressar suas idéias, utilizando linguagens corporais, musicais, plásticas, oral e escrita, nas diversas situações de comunicação, construindo significados e enriquecendo a capacidade de expressão.

Cada criança possui uma natureza singular, como pensa e sente o mundo do seu jeito. A formação das crianças está ligada ao desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo nas diferentes idades. Na Educação Infantil, o cuidar pede uma visão imbricada com o educar. Trata-se de uma ação integrada que envolve conhecimentos sobre a criança e suas famílias, vínculos afetivos e os necessários procedimentos corretos para manter a saúde das crianças em ambientes coletivos. Para conseguirmos contribuir com o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, precisamos nos dedicar a uma tarefa exigente e complexa, que vai desde o tempo de conhecer a criança, alimentar sua curiosidade pelo mundo e buscar uma formação cultural ampla. O ambiente de uma instituição de Educação Infantil é um lugar onde se unem o universo do conhecimento e da subjetividade humana, onde a imaginação, a sensibilidade e a inteligência estabelecem um terreno fértil.

A EMEI do Bairro Dom Almir foi instalada e fundada na extrema periferia do Setor Leste do município de Uberlândia, no Bairro Dom Almir no ano de 2007, onde se detectou a necessidade da instituição, devido a grande demanda de crianças no bairro e arredores com assentamentos, diante da ausência de escolas públicas e gratuitas que atendessem esta faixa etária de zero a cinco anos em suas necessidades primordiais.

Trata-se de uma comunidade que apresenta, neste recorte temporal, alta rotatividade em relação à moradia, pela falta de trabalho fixo, onde as famílias constantemente mudam de bairro, de cidade, de estado, mas, na maioria das vezes, voltam ao bairro. Uma comunidade marcada pela migração populacional, principalmente população de baixa renda, que dificulta muito a vida escolar da criança assistida pela instituição. Esta comunidade está situada num bairro residencial, com o

⁴⁹ Ibidem.

crescimento do comércio local como: supermercados, farmácias, lanchonetes, lojas de roupas, calçados, utilidades domésticas, papelaria, agência lotérica que possibilita o acesso ao pagamento e à movimentação bancária neste setor. Em contrapartida, o lazer é precário. Não existem ginásio poliesportivo, praças, salões para eventos comunitários, acontecimentos festivos, sociais. Esses eventos festivos, sociais, geralmente acontecem nos pátios das escolas em parceria com as igrejas.

Para a instalação da unidade escolar no bairro Dom Almir, a infra-estrutura como rede de esgoto, água encanada, rede elétrica, asfalto eram bem deficientes. O entorno, composto pelos bairros Joana D'Arc, Prosperidade, Celebridade, São Francisco, também não possui infra-estrutura completa por contemplar na área de assentamento.

O bairro possui atendimento social reduzido, podendo citar igrejas de diversas religiões, comércios variados e uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Em virtude desse reduzido atendimento social, foi preciso que se estabelecesse uma parceria entre a UBS e a Escola, para atendimento emergencial às crianças da escola, e o desenvolvimento de projetos odontológicos, como o projeto de escovação e prevenção de cáries.

Também se estabeleceu parceria com outra escola situada no bairro, a Escola Municipal Doutor Joel Cupertino Rodrigues, e com a ONG Imedi Brasil, patrocinada pela empresa Monsanto do Brasil, para o desenvolvendo de um projeto de horta na escola.

Conforme consta no Projeto Político Pedagógico de 2008, o primeiro PPP da EMEI do Bairro Dom Almir, os imóveis existentes na comunidade do bairro são, parte deles, de alvenaria, mas muitos ainda se constituem de barracos improvisados. A população, em sua maioria, é composta por trabalhadores assalariados com renda mensal baixa. E, para gerar uma renda familiar mínima para para sustentar as famílias que geralmente são numerosas, muitos precisam recorrer a serviços informais, tornando-se catadores de materiais recicláveis, diaristas, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes.

Diante dessa realidade, existe uma grande preocupação das famílias em colocar suas crianças na escola, onde possam receber educação, alimento e cuidado. O critério principal para a seleção das vagas na escola é o zoneamento, obedecendo a uma instrução normativa da Secretaria Municipal de Educação, com a realização de uma inscrição pelo canal 0800, em data determinada anualmente, e também pela escola, durante o período letivo, conforme o fluxograma de distribuição de turmas para o subseqüente ano. O período de matrícula é divulgado para pais e comunidade

através da mídia e por meio do portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia. A matrícula é feita diretamente na unidade escolar com a presença de pais e comunidade, após divulgadas as orientações, através de cartazes, bilhetes para os alunos que já cursaram no ano anterior. Este período é unificado nas redes públicas de ensino estadual e municipal.

No ano de 2007, a Escola iniciou as atividades com oito turmas, somando 196 (cento e noventa e seis) matrículas, e com lista de espera com 400 (quatrocentos) alunos.

Em 2008, contou também com oito turmas, 196 (cento e noventa e seis) matrículas, e 200 (duzentos) alunos na lista de espera.

As frequências das atividades escolares são registradas pelos professores nos diários nos diários de classe, bem como o afastamento por saúde, mediante apresentação de atestados médicos. Os estudantes com deficiência recebem acompanhamento com professores especialistas para as necessidades das crianças.

Os docentes cumprem jornada de trabalho de 30 horas semanais, sendo 25% desta jornada destinada a atividades de planejamento, pesquisa, atualização, produção coletiva, formação permanente, reuniões, eventos de trabalho e atividades que condizem com Projeto Político Pedagógico da unidade.

Os profissionais recebem educação continuada e são submetidos a uma avaliação de desempenho por auto-avaliação e pela chefia imediata. Os critérios para realizar esta avaliação são tópicos que avaliam desenvolvimento, participação, compromisso na realização das atribuições do cargo permanente, formação profissional nas instituições credenciadas e aprovadas na Secretaria Municipal de Educação.

A unidade escolar, para ter seu atendimento satisfatório, segue uma distribuição de salas, alunos e profissionais. Para atender as crianças dos grupamentos conforme a idade e de acordo com a Instrução Normativa n. 003/2008⁵⁰, e segue o seguinte projeto: um educador para cada 6 (seis) crianças do grupamento do berçário e G1; 8 (oito) crianças para cada educador no grupamento G2; 12 (doze) crianças para cada educador no grupamento G3; e, para as turmas que atendem crianças

⁵⁰ UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME n. 003/2008. Regulamenta normas e critérios referentes a pessoal, utilizados pela SME, a partir de 2008. **Diário Oficial do Município**, seção IX, Uberlândia, p. 14, 6 mar. 2008.

de 4 e 5 anos, um professor regente I e regente II para algumas modalidades, como artes, movimento, cultura etc.

É muito importante salientar que, nesse primeiro trabalho com a comunidade, a instituição tinha como proposta mudar a concepção no que diz respeito ao atendimento às crianças, ressaltando o aspecto educativo desta ação em contraponto à perspectiva assistencialista da instituição anterior. Toda a explicação acima, com relação aos procedimentos e às normativas existentes na Educação Infantil, tem o intuito de mostrar o quanto o processo educacional instituído no assentamento e, posteriormente, bairro, foi, é e será de extrema importância naquela comunidade, fazendo valer políticas públicas básicas.

De acordo com o crescimento da comunidade, a Secretaria Municipal de Educação, através dos processos de inscrição, matrículas e listas de espera, detectou a necessidade de ampliar o número de atendimentos na direção de um número maior de alunos, pais da comunidade e entorno do Setor Leste. Esta constatação está registrada no Projeto Político Pedagógico do ano de 2012, que traz as normas legais, respeitando o calendário escolar elaborado pelos profissionais da Escola e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o ano letivo composto por 200 (duzentos) dias letivos, contando com carga horária mínima de quatro horas de trabalho efetivo com a presença dos profissionais dos docentes, técnicos e administrativos.

O movimento para conseguir ingresso na instituição escolar continua a ocorrer no final de cada ano, geralmente no mês de novembro, quando são feitas as inscrições para o preenchimento das vagas para o ano subsequente, conforme fluxograma e distribuição de turmas.

Recentemente, contudo, foi criado um sistema através do portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia(PMU), como propósito de permitir o acompanhamento dos pais e comunidade na distribuição das vagas.

O preenchimento destas vagas, atualmente, portanto, é feito pelo acesso ao sistema na internet, por parte de pais ou responsáveis, e, para aqueles que não têm acesso, é possível procurar qualquer unidade escolar da rede municipal e fazer a inscrição no período vigente, conforme instrução normativa da Secretaria Municipal de Educação.

Na unidade do Bairro Dom Almir, é priorizada e é assegurada a matrícula de estudantes com deficiência, seguindo critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, assim como filhos de pais com deficiência, buscando garantir condições necessárias para a educação e o

desenvolvimento da criança, também buscando garantir acesso a uma escola o mais próximo possível de sua residência, para facilitar para os pais, os alunos e a escola caso precisem atender alguma necessidade.

O número de matrículas evoluiu e o atendimento à comunidade, desde o início de seu funcionamento, praticamente dobrou. Em 2007, o quantitativo de alunos se distribuía em 8 (oito) turmas, somando 196 (cento e noventa e seis alunos) matriculados, com uma lista de espera com 400 (quatrocentas) crianças de todas as etapas. Em 2012, o atendimento passou para 15 (quinze) turmas, somando 376 (trezentos e setenta e seis) alunos matriculados, com lista de espera com 800 (oitocentas) crianças. Com isso, dobrou também o número de profissionais.

O que podemos então dizer destes números, que o bairro cresceu, mais assentamentos no entorno surgiram e conseqüentemente foi necessário ampliar e absorver estas crianças, principalmente pela vulnerabilidade dos alunos da região atendida.

O que podemos dizer a respeito do entorno é que esse atendimento é considerado uma extensão da própria casa por essas famílias e alunos.

Torna-se importante registrar o quanto foi significativo para estas crianças, suas famílias e toda a comunidade, o trabalho da EMEI, abrindo uma perspectiva de crescimento baseado em atividades pedagógicas, culturais, sociais, embasadas em leis e projetos que proporcionam o crescimento cidadão de alunos, servidores, familiares e moradores do bairro.

Conseguiu-se um envolvimento muito importante das pessoas que convivem direta ou indiretamente com nossos alunos, participando de projetos relevantes, como a horta comunitária das escolas, o projeto de prevenção de cáries desde a primeira infância, parcerias com outras instituições sociais, como as Unidade de Saúde Básica da Família (USBF), o Conselho Tutelar que atende o Setor Leste, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, o Ministério Público, formando uma rede de acolhimento e suporte legal para famílias em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho desenvolvido pela ONG Lar de Amparo e Promoção Humana teve muita importância no acolhimento e no cuidado dessas crianças e suas famílias, com um trabalho assistencial valoroso, mas se tornou necessária uma abrangência social maior, que a EMEI trouxe e traz até os dias de hoje, conduzindo a parte pedagógica de acordo com as diretrizes educacionais, a parte cultural com a valorização das manifestações nacionais, regionais, da cidade e bairro, e,

ainda, respaldando a parte social, que envolve todas essas instituições, parceiros, comunidade do entorno, para o crescimento e bem comum dos nossos alunos.

Poderia relatar diversas vivências deste período em que trabalho na instituição. Poderia escolher várias e diferenciadas situações em estudos de caso, para mostrar um pouco deste ambiente escolar, tão familiar aos nossos alunos, pais, responsáveis, comunidade junto aos profissionais servidores. Teríamos relatos marcantes, alegres, tristes, sofridos, que daria para ampliar a comporeensão da importância desta Escola neste local, neste contexto. Pensei em apresentar resumidamente, pois não poderia ser de outra maneira num recorte temporal considerado grande. Propus observar o período entre o início do ano de 2007 até o aniversário de dez anos no ano de 2017. Período tão rico pelas experiências, algumas percepções acerca da mudança que vivenciamos na vida da comunidade. Muito se formou, se modificou, se estabeleceu, cresceu, se aperfeiçoou neste desenvolvimento habitacional, social, educacional.

2.2 – Relato e experiência de uma transição assistencial para institucional

Neste momento a pesquisa se baseia nos relatos de profissionais da Escola. O relato da primeira diretora da EMEI, Profesora Marilaine Oro Mayer, que se dispôs a me contar, com muita alegria, como aconteceu o início de seu trabalho como gestora, dos primeiros servidores e primeiros alunos da EMEI do Bairro Doim Almir, em entrevista realizada no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), no dia 12 de maio de 2016, numa quinta-feira à tarde, onde ela estava lotada, após a mudança da direção da escola. E também os relatos de uma educadora, uma assistente de serviços gerais (ASG) e um agente patrimonial. Cada um apresentou sua versão sobre a Escola, seu olhar, com base no desempenho de sua função. Esses relatos se desenvolveram em uma conversa informal, onde me contaram como foi o início da caminhada da instituição municipal de atendimento às crianças de zero a cinco anos no bairro Dom Almir.

O Sr. Ari é agente patrimonial mais antigo da instituição. Ele me contou que sempre trabalhou naquele bairro, que mora bem próximo às escolas, e iniciou seu trabalho na Escola de Ensino Fundamental do Bairro Dom Almir, que se localizava no mesmo espaço físico em que agora funciona a EMEI do Bairro Dom Almir.

Sr. Ari contou como foi o início do bairro, quando era assentamento, e como enfrentaram muitas situações difíceis, por falta de infraestrutura, de recurso financeiro, de assistência médica e em razão de todos os problemas que se apresentam no início de um bairro. Narrou como o setor foi crescendo em relação ao número de pessoas, com as famílias que foram chegando e se instalando, primeiramente, em barracos, e foram, aos poucos, construindo suas casas. Destacou como, evidentemente, foi necessária uma escola que atendesse do primeiro ao quinto ano, e foi onde ele iniciou seu trabalho como agente patrimonial. Somente depois foi que a Prefeitura elaborou um projeto com escolas de primeiro ao nono ano para atendimento escolar em bairros novos e tradicionais, por meio de projetos de emancipação.

O bairro Dom Almir foi contemplado com uma dessas unidades. A escola anterior do bairro a Escola de Ensino Fundamental do Bairro Dom Almir, que funcionava naquele local, desocupou prédio e se mudou para uma nova sede, bem ao lado, sendo os terrenos interligados. No antigo prédio da Escola de Ensino Fundamental do Bairro Dom Almir, foi instalada a unidade do Lar de Amparo e Promoção Humana.

O Sr. Ari foi então trabalhar na nova escola, e, como também participava das reuniões de moradores, ele estabeleceu contato com essa nova instituição, o Lar de Amparo e Promoção Humana, que ali instalou uma creche.

Como já visto anteriormente, o Lar de Amparo e Promoção Humana constituía-se em uma instituição filantrópica e oferecia creche para algumas crianças de zero a cinco anos, digo algumas porque o espaço era limitado e nem todas as mães conseguiam vaga. Após um tempo, a instituição encerrou suas atividades e entregou o prédio, que pertence à Prefeitura. A partir deste encerramento, tornou-se uma realidade a necessidade de institucionalização da Educação Infantil, quando deixaria de ser uma creche assistencial, somente de cuidados, para se tornar uma EMEI, com projetos pedagógicos, autonomia cidadã, juntamente com o cuidar. A Professora Marilaine Oro Mayer, primeira diretora da EMEI, relatou como aconteceu essa transição.

Ela iniciou a conversa deixando em evidência o grande prazer e a satisfação que sentia em contar a história da EMEI, onde esteve à frente por sete anos, com muitas realizações, alegrias e também conflitos que foram resolvidos. Foi convidada em 2006, pela secretária de Educação, Professora Célia Tavares, para conduzir o processo de reestruturação daquele espaço, no qual, como já havia sido relatado pelo Sr. Ari, haviam funcionado a Escola Municipal Joel Cupertino e

o Lar de Amparo e Promoção Humana. Para recuperar o espaço que havia sido cedido ao Lar de Amparo e Promoção Humana, e voltar a administrar e utilizar o local, a Prefeitura solicitou a devolução por meio da justiça.

No dia 03 de janeiro de 2007, a secretária Célia Tavares e a futura diretora Marilaine Oro Mayer foram conhecer o espaço destinado à EMEI do Bairro Dom Almir.

A Professora Marilaine Oro Mayer relatou que encontrou um prédio destruído. Na ocasião da visita, a Prefeitura estava trocando o telhado, reformando todo o local para atender as crianças de zero a cinco anos de idade. Marilaine acompanhou a reforma durante o mês de janeiro todo, com troca de pisos, ampliação das salas fora do espaço original, pintura, adaptação dos banheiros para infantis.

Enquanto o trabalho de reforma acontecia, ela visitou todas as casas das 90 crianças que eram atendidas pela ONG, conversou com pais e mães, e os convidou para efetuar a matrícula, fazendo um levantamento de quantidade de crianças por faixa etária.

No dia 02 de fevereiro de 2007, iniciou-se então a parte administrativa. Os profissionais eram todos contratados, não havia ninguém efetivo, como está registrado na ata da primeira reunião que aconteceu nas dependências cedidas pela Escola Joel Cupertino, porque ainda não havia lugar para a realização na EMEI.

Durante quase todo o mês de fevereiro, os profissionais designados para a unidade foram para outras escolas até que a reforma fosse concluída. A diretora levou estes servidores para conhecerem o local, a reforma, e eles se mostraram muito apreensivos porque achavam que a obra não seria concluída em tempo hábil para o início das aulas.

Ficou decidido que, de toda a equipe da Escola, ficariam na EMEI somente a diretora Marilaine, a professora Ranieri e as educadoras infantis Míria Angélica e Janaína, para o atendimento aos pais, realizando cadastro e matrícula dos alunos. Esse trabalho era feito no refeitório da escola. A certa altura da obra, todo o piso da Escola precisou ser removido para ser reformado. Em razão disso, estas quatro profissionais que ficaram na Escola tiveram que passar a atender a comunidade na calçada em frente ao prédio, embaixo de uma árvore, muito improvisadamente. Paralelamente, acontecia a formação dos profissionais que iriam atuar na EMEI quando fosse concluída a obra.

No dia 26 de fevereiro, iniciaram-se as aulas na EMEI, com as turmas integrais dos grupamentos Berçario e GI (juntas), GII e duas salas de GIII, que ficavam dentro do prédio, os profissionais que estavam prestando serviço em outras escolas retornaram para iniciar a jornada onde estariam lotados.

O atendimento a essas quatro turmas acontecia no período integral, que é a permanência da criança das sete horas da manhã às dezessete horas, com troca de turno dos profissionais e oferecimento de oferecidas cinco refeições, banho para as crianças muito pequenas e todo atendimento social e pedagógico. Aí reside o que ressaltamos de diferencial do atendimento que era anteriormente realizado.

No dia 08 de maio de 2007, se efetivou a inauguração da EMEI, com corpo docente completo e toda a obra concluída: construção do quiosque; reestruturação do parquinho infantil, que estava muito desgastado; construção de mais duas salas fora do prédio original, que ficavam entre as salas interiores e a horta, que ficava na Escola Municipal Joel Cupertino, e eram interligadas por um portão de acesso. A rua foi fechada e aconteceu uma maravilhosa festa para servidores, pais, alunos e comunidade. Foram recebidos os alunos dos turnos parciais, que são turmas que ficam meio período, manhã ou tarde. Iniciava-se assim o cumprimento do objetivo de atendimento escolar e a realização de projetos, fazendo valer à pena todo o trabalho e todo o enfrentamento de situações adversas.

Entre estas situações, citamos o exemplo de uma situação que acontecia todo ano, que era a troca de profissionais, já que não eram efetivos. Quando a equipe estava entrosada, conhecendo o ritmo da escola, os alunos, os pais, esses profissionais eram transferidos para outro local de trabalho. Chegavam novos servidores, nem sempre com experiência anterior na área, para compor o quadro de funcionários, e assim começava toda a adaptação novamente, de toda a escola, com novos servidores, novos pais, novos alunos. Nem sempre os que estavam trabalhando naquele ano conseguiam vaga na própria EMEI, e, conseqüentemente, por serem contratados e não servidores efetivos, a cada ano chegava uma nova equipe.

A diretora Marilaine relatou que, em 2008, as professoras conseguiram continuar na equipe, mas nenhuma educadora infantil permaneceu, e isso foi muito desafiador, porque é delicado e complexo o trabalho com crianças muito pequenas e pequenas, e, realizar esse trabalho sem experiência é muito difícil.

A demanda de crianças é muito maior do que a disponibilidade de vagas, a lista de espera era muito extensa. Em 2008, a pedido da assessora pedagógica, a diretora Marilaine começou a procurar um espaço complementar para montar um anexo da EMEI para atender a procura e a necessidade da comunidade. Procurou casas, mas não encontrou, por causa da estrutura mínima necessária ao funcionamento deste anexo.

Nesse meio tempo, Frei Sérgio que era responsável pela Igreja Nossa Senhora da Conceição, que fica entre as duas escolas municipais, a EMEI e a E. M. Doutor Joel Cupertino Rodrigues, estava iniciando a reconstrução da capela. Em conversa com a diretora, comentou sobre o projeto de construção de salas, de um refeitório para aulas de catequese e eventos da Igreja. Ela Foi quando a diretora vislumbrou a possibilidade de fazer uma parceria, mediante um empréstimo ou até aluguel, para utilização desse espaço da Igreja: durante a semana, o espaço seria utilizado pela EMEI e, nos finais de semana, ficaria disponível para a Igreja.

No final de 2008, essas salas da Igreja ficaram prontas. Mas a negociação com Frei Sérgio durou dois anos, porque ele estava muito resistente em ceder o lugar. Algumas vezes, dizia que ia cobrar um alto aluguel, outras vezes dizia que ia emprestar para a Prefeitura. E, assim, esta conversa se estendeu até 2010, quando conseguiram finalmente abrir o anexo.

A EMEI então passava a contar os 90 (noventa) alunos do integral iniciais, mais duas turmas no período da manhã e duas turmas à tarde, atendendo 197 (cento e noventa e sete) alunos em maio, depois da inauguração das duas salas do lado de fora do prédio. Em 2010, com a abertura do anexo, a EMEI chegou à matrícula de 376 (trezentos e setenta e seis) alunos, impulsionando o atendimento da lista de espera. Contudo, mesmo assim, não chegou ao final dessa lista de espera, diante da necessidade do bairro, do entorno e dos assentamentos.

Desde 2010, a Escola tem buscado maneiras de atender à demanda, com limitações de espaço: diminuindo turmas do período integral dos grupamentos de três anos, que começam a ter mais autonomia, transformando estas turmas em parciais, dobrando assim o número de vagas, pensando sempre em poder proporcionar uma oportunidade de mais crianças terem acesso às séries iniciais básicas no bairro e no entorno. Todas estas articulações são respaldadas pela Secretaria de Educação, pelas implicações que demandam a contratação de profissionais, materiais pedagógicos e condições para a abertura das novas salas.

Considerações Finais

Quando se apresentou o interesse em conhecer a trajetória da EMEI do Bairro Dom Almir, não se tinha percepção e dimensão do alcance de tantos sentimentos, reflexões, interações, emoções que surgiriam com tanta intensidade. No exercício de uma pesquisa e sua escrita, pode-se crescer interiormente, no esvaziamento de nossas informações e ter o entusiasmo de buscar nas entrelinhas todo o impacto que duas instituições, a ONG Lar de Amparo e Promoção Humana e EMEI do Bairro Dom Almir, foram capazes de causar nesta construção social.

Com o auxílio de alguns autores, em um diálogo importante entre a história, a pedagogia, a sociologia, pôde-se assim caminhar numa descoberta envolvente acerca da infância, de estruturas preparadas para acolher as crianças, que somente há pouco tempo obtiveram lugar e importância na sociedade; e, neste caso especificamente, falar de minha experiência nesta escola infantil da rede municipal de ensino, num setor periférico da cidade de Uberlândia.

Toda a proposta teve um marco inicial, que surgiu quando iniciei minha atuação como educadora infantil, decorrente da posse no concurso público municipal no ano de 2010, tomando posse no ano subsequente, em 2011, reportando à Secretaria de Educação. E passando a desenvolver convivência com pais, responsáveis, irmãos, avós, tios, famílias de uma comunidade, em vários aspectos despercebida socialmente, na grande Dom Almir, entorno e assentamentos.

Quando cheguei para o trabalho, o primeiro passo para a adaptação foi conhecer a história da EMEI, através de documentos, como Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), Regimento Interno, e suas particularidades em sua realidade, as normativas e atribuições do cargo, conhecer colegas servidores, alunos e suas famílias, a esfera social em que se inseriam estas pessoas e toda a influência do lugar em que vivem.

As experiências, as adaptações pelo contexto de vida, no entorno de assentamentos, presídios, igrejas, instituições filantrópicas, projetos sociais, e todo o significado destes fatores na dinâmica escolar, os planejamentos pedagógicos e suas vivências, fez-se necessário superar preconceitos para tentar compreender uma realidade de vida numa região periférica, em bairro onde

a regularização do assentamento com mais de trinta anos de existência vem sendo efetivada, lenta e gradativamente, com sérios enfrentamentos, onde as crianças desde a mais tenra idade convivem com várias situações tão diversas do nosso cotidiano e são fatores que historicamente formaram a periferia, como o desemprego, a falta de saneamento básico, a falta de acesso a instrução básica, moradias precárias. E particularmente nesta comunidade existe o fator da influência da reclusão de um parente, que leva à prisionização secundária, numa situação sócio-afetiva que precisa de atenção.

No contato diário com famílias, crianças, moradores em geral, percebemos que grande parte está inserida num núcleo familiar que sobrevivem, com uma renda mensal limitada a um salário mínimo, com subempregos, trabalhos autônomos, atividades ilegais. Recebemos crianças inseridas em situações de desgastes afetivos, que influenciam direta ou indiretamente no aprendizado, no relacionamento com a instituição de ensino, que não podem ser desconsideradas.

Inserir a vivência dessa comunidade na nossa vivência proporciona a oportunidade de conhecer mais de perto inquietações, sofrimentos, preocupações, que interferem no cotidiano escolar, e proporciona a oportunidade de aprender com elas.

Intui-se convidar o leitor deste trabalho para uma reflexão, ademais das escritas acadêmicas, e possibilitar o conhecimento desta transição de instituição filantrópica, com a 4ª Unidade do Lar de Amparo e Promoção Humana, Organização Não Governamental, voltada para o trabalho assistencialista junto à comunidade, atendendo principalmente as mães que deixavam os filhos durante o dia todo para trabalhar, no mesmo local em que hoje é estabelecida a EMEI, para esta instituição inserida nas políticas públicas do município. Convidar para uma reflexão sobre a importância efetiva para esta comunidade, trazendo à luz da história essas transformações, colocando a historiadora no contexto deste processo, sem julgar, relatando experiências e trocas tão significativas, onde a criança é uma questão estrutural, que precisa ser devidamente considerada pela escola da infância.

Neste ambiente, defende-se a cidadania, construída a cada dia, em meio a muitas dificuldades, conflitos, complexidades sociais em que a escola, por natureza histórica, se torna representante de uma extensão de vida fundamental, uma aprendizagem cotidiana social, trazendo uma abordagem sobre a criança e a infância no propósito de formação e autonomia cidadã, conceito criado pelo pensador e educador Paulo Freire, que compreende a escola como um espaço social

que estimula o desenvolvimento científico do sujeito, mas que também fomenta a construção da autonomia da pessoa humana. A escola cidadã inclui propostas de autonomia, integração da educação com a cultura e o trabalho, visão interdisciplinar e o envolvimento contínuo dos professores, parceria escola e comunidade para enfrentamento social.

A pesquisa pode ensejar a confirmação desta riqueza no ambiente escolar infantil, a formação dos profissionais, a interação com alunos, familiares e comunidade como uma “ cultura de direitos”, tal com o ensino Hannah Arendt⁵¹, talhando uma parceria entre adultos e crianças a construir seus destinos no mundo.

Enfatiza-se que a infância tem uma relação com fatores que prevalecem na sociedade, como economia, cultura, religião e outros mais que devem ser considerados, na apresentação, nas idéias sobre a história da criança e infância num contexto histórico. A referência à infância levou Philippe Ariès a afirmar a inexistência de um “sentimento da infância” até o início da modernidade, que a noção e o sentimento de infância foram se ajustando à abertura para o individualismo moderno, no contexto das transformações ocorridas neste período em todos os âmbitos da vida humana. A princípio, o moderno colégio surge com um objetivo, que era afastar a criança da convivência total com suas gerações anteriores, onde a criança era “separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena”⁵².

A criança foi transformada com a necessidade e a determinação social, com a valorização de seu conceito, passando a protagonizar sua vida social como sujeito de produção cultural e social, com o envolvimento e o desenvolvimento do educador e a compreensão do ensino na educação infantil. Diante destas reflexões, se torna relevante discorrer sobre a transição do olhar e da ação assistencialista, que foi muito importante para a comunidade naquele recorte temporal desde a formação do bairro, até alcançar o decisivo passo para a institucionalização do ensino para a educação infantil, proporcionando a formação dessas crianças, desses adolescentes, jovens e adultos.

⁵¹ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁵² ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Op. Cit. p. 11.

Fontes

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ABONG. **ABONG**: estatuto social. São Paulo: ABONG, 10 abr. 2019. Disponível em: https://abong.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2021/03/Estatuto-Social.pdf Acesso em: 16 set. 2019.

BOCAMINO, Ariane. Bairro Dom Almir tem o nome do primeiro bispo de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 31 out. 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-eregio/bairro-dom-almir-tem-o-nome-do-primeiro-bispo-de-uberlandia>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1995.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Especial da Cultura. Lei de Incentivo à Cultura. Disponível em: <http://leideincentivoocultura.cultura.gov.br/> Acesso em 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

RELATOS de profissionais da educação lotados na EMEI do Bairro Dom Almir. Uberlândia, Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), 12 maio 2016.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. **Decreto Legislativo nº 694/04**. Concede Diploma de Honra ao Mérito ao Lar de Amparo e Promoção Humana, ao seu fundador, aos diretores, coordenadores, orientadores e equipe de funcionários e voluntários e parceiros, e revoga o Decreto 308, de 08 de outubro de 2003. Uberlândia: Câmara Municipal de Uberlândia, 1 jul. 2004.

UBERLÂNDIA. Extrato do Convênio nº 079/2006 Partes: Município de Uberlândia e Lar de Amparo e Promoção Humana – Creche Dom Almir. **Diário Oficial do Município**, Uberlândia, p. 17, 6 fev. 2006.

UBERLÂNDIA. Lei nº 9.426, de 23 de fevereiro de 2007. Cria a Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir, altera a Lei Complementar nº 347, de 20 de fevereiro de 2004, a Lei

Delegada nº 007, de 30 de maio de 2005, a Lei nº 9.032, de 09 de setembro de 2005 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Uberlândia, p. 1, 27 fev. 2007.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Educação, 2012.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Dom Almir. **Regimento Escolar**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Educação, 2010.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME n. 003/2008. Regulamenta normas e critérios referentes a pessoal, utilizados pela SME, a partir de 2008. **Diário Oficial do Município**, seção IX, Uberlândia, p. 14, 6 mar. 2008.

Bibliografia

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BORBA, Angela Meyer. A brincadeira como experiência de cultura na educação infantil. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, Brasília, n. 44, p. 12-14, nov. 2007.
- CARVALHO, Luciana Paula Vaz de. **O trabalho da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro: normas e ações de proteção**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. **Conferência de comemoração ao Dia do Trabalhador**. 1 maio. 1990.
- COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. Nossa Comunidade Global. O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- FERREIRA, Bruna Tamara de Souza. **O papel do "terceiro setor" nas formulações dos governos FHC (1995-2002)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GONÇALVES, Alcindo. A legitimidade na Governança Global. *In*: CONGRESSO DO CONPEDI – CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 15., 2006, Manaus. **Anais [...]**. São Paulo: Editora Ciência Política FFLCHUSP, 2006.
- GONZAGA, Vanessa Portes Galvão. **À sombra do encarceramento: o entorno das prisões**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- GUNCHO, M. R. A educação à distância e a biblioteca universitária. *In*: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Tec Treina, 1998.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov.2001.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

JÁCOME, Paloma da Silva. **Criança e infância**: uma construção histórica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

MACHADO, Aline Maria Batista. O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial**. Rio de Janeiro. Qualitymark, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente da intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2001

MOTTA, Guilherme Augusto Soares da. **Fragmentos urbanos**: segregação socioespacial em Uberlândia-MG. 2019. Tese (Doutorado e Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

NEVES, Anamaria Silva. **Família no singular, histórias no plural**: a violência física de pais e mães contra filhos. Uberlândia: Edufu, 2009.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil**: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica; Fundação Orsa, 2011.

RODRIGUES, José Carlos **A infância e o poder**. *In*: RODRIGUES, José Carlos. **Ensaios em antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.

SARMENTO, Manuel José Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Lisboa: Asa Editores S.A. 2004.

SOUSA, Edileusa Godói de. **Redes organizacionais**: perspectiva para a sustentabilidade de uma ONG em Uberlândia-MG. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Infância(s) em periferias urbanas: o direito à cidade e a formação das professoras da infância numa escola de educação infantil. **RevistAleph**, Niterói, n. 22, p. 33-49, dez. 2014.